UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HUMANIDADES E LINGUAGENS

CLYCIA LAYMARA DO NASCIMENTO MOURA

O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA EM UMA ESCOLA RURAL DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL/ACRE: VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Cruzeiro do Sul – Acre

2025

CLYCIA LAYMARA DO NASCIMENTO MOURA

O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA EM UMA ESCOLA RURAL DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL/ACRE: VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Federal do Acre, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ensino de Humanidades e Linguagens.

Orientadora: Profa. Dra. Simone Cordeiro Oliveira Pinheiro

Área de concentração: Ensino

Cruzeiro do Sul – Acre

2025

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Setorial de Cruzeiro Sul

M929e Moura, Clycia Laymnara do nascimento, 1991 -
O ensino de Língua Portuguesa em uma escola rural do município de Cruzeiro do Sul/Acre: variação linguística / Clycia Laymara do Nascimento; orientadora: Profa. Dra. Simone cordeiro Oliveira pinheiro. – 2026.
65 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em ensino de Humanidade e Linguagens (PPHEL). Cruzeiro do Sul, 2025.
Inclui referências bibliográficas e apêndice.

1. Ensino de Língua Portuguesa. 2. Variação linguística. 3. Escola rural. I. Pinheiro, Simone Cordeiro Oliveira (orientadora). II. Título.

CDD: 407

Bibliotecária: Jamiris Andrade da Cruz – CRB 11º/1290.

CLYCIA LAYMARA DO NASCIMENTO MOURA

O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA EM UMA ESCOLA RURAL DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL/ACRE: VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ensino de Humanidades e Linguagens, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Federal do Acre, Campus Floresta.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Simone Cordeiro Oliveira Pinheiro
Universidade Federal do Acre
Orientadora

Prof. Dr. José Mauro Souza Uchôa
Universidade Federal do Acre
Membro interno

Profa. Dra. Deolinda Maria Soares de Carvalho
Universidade Federal do Acre
Membro interno

Profa. Dra. Cleide Vilanova Hanisch
Universidade Federal do Acre
Membro externo (suplente)

Cruzeiro do Sul – Acre

01 de dezembro de 2025

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação a todos que estiveram ao meu lado, que colaboraram para a construção desta pesquisa.

Ao meu querido esposo Nathan da Silva Moura e meu filho Davi do Nascimento Moura, meus presentes de Deus;

Aos meus amados pais, Maurício Oliveira do Nascimento, Maria Letícia do Nascimento e à minha sogra Maria de Nazaré da Silva Moura, por sempre estarem ao meu lado;

À minha querida orientadora Profa. Dra. Simone Cordeiro e à coordenação do PPEPHL, por proporcionarem experiências marcantes em minha trajetória no Programa;

À Escola Antônio Ferreira Gomes, por despertar a vontade de colaborar cada vez mais com a educação;

E a todos meus queridos amigos do Mestrado e da igreja, que me incentivaram e ajudaram de alguma forma. Sou grata por ter todos em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus, pois sei que o caminho até aqui foi árduo, porém, mesmo diante das dificuldades, Ele tem mantido a minha fé e mostrado a realização de seus planos em minha vida.

Ao meu esposo, Nathan da Silva Moura, que tem estado ao meu lado me motivando e incentivando desde a primeira seleção. Na verdade, ele acreditou mais em mim do que eu mesma.

Ao meu amado filho, Davi do Nascimento Moura, presente de Deus em minha vida, razão pela qual enfrento grandes batalhas. Por ele sempre desejo ser cada vez melhor.

Ao meu querido pai, Maurício Oliveira do Nascimento, que mesmo não podendo mais ver a minha conquista, sempre incentivou e me motivou através dos estudos.

À minha amada mãe, Maria Letícia do Nascimento, que nunca mediu esforços para fornecer o auxílio necessário para que eu pudesse conquistar meus objetivos. Mesmo passando por momentos difíceis para superar o luto, ela está presente cuidando do meu filho e me incentivando a estudar cada vez mais.

À minha querida sogra, Maria de Nazaré da Silva Moura, que está sempre me ajudando nos momentos de aperto. Mesmo com a mãe acamada precisando constantemente do seu auxílio, nunca recusou cuidar do meu filho para que eu pudesse estudar.

À minha querida orientadora, Profa. Dra. Simone Cordeiro, que, mesmo diante da correria de sua carreira, aceitou o desafio de me orientar; depois de meses já inserida no Programa de Mestrado, fui aceita como sua orientanda. Sou grata por acreditar em mim e me ajudar nesta caminhada.

Aos docentes do Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades e Linguagens (PPEHL) por proporcionarem conhecimentos riquíssimos e trocas de saberes durante as jornadas das disciplinas.

À coordenação do PPEHL por sempre motivar e auxiliar através das atividades enriquecedoras propostas pelo Programa, nos inserindo no ambiente acadêmico e nos fornecendo experiências valiosas.

À Escola Antônio Ferreira Gomes, por abrir espaço e disponibilizar os materiais necessários para a elaboração da pesquisa; e, também, por me proporcionar experiências valiosas como profissional da educação.

E a todos os meus queridos colegas da linha dois que fizeram parte dessa linda jornada.

Obrigada a todos, do fundo do coração!

Somos animais políticos, como escreveu Aristóteles há dois milênios e meio, ou seja, somos seres gregários, existimos no coletivo, nossa vida só faz sentido em sociedade. E a linguagem é, decerto, o nexo mais poderoso que mantém uma comunidade humana interligada, intraligada, coesa. (Bagno, 2014, p. 11)

RESUMO

Esta dissertação analisa o ensino da Língua Portuguesa na Escola Municipal Antônio Ferreira Gomes, localizada na comunidade Vila Santa Rosa, zona rural de Cruzeiro do Sul, Acre, com ênfase na abordagem da variação linguística no contexto educacional local. O estudo tem como objetivo compreender de que modo a diversidade linguística é considerada como recurso formativo, a partir da análise de documentos normativos da instituição e da obra "Cruzeiro do Sul: a cidade da gente", produzida por professores, alunos e membros da comunidade escolar. De natureza qualitativa e documental, a pesquisa fundamenta-se nos princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e nas contribuições teóricas de autores como Bagno, Bortoni-Ricardo, Marcuschi, Freire e Perrenoud, que concebem a língua como prática social, histórica e culturalmente situada. O *corpus* de análise é composto pelo Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, pelos Planos de Curso de Língua Portuguesa do 6º e 9º anos do Ensino Fundamental, e pela obra citada, permitindo examinar como a variação linguística é abordada nos documentos institucionais e nas práticas pedagógicas. A análise do PPP evidencia o compromisso da escola com a valorização da cultura e da linguagem locais, enquanto os Planos de Curso revelam alinhamento às competências e habilidades previstas para o componente curricular de Língua Portuguesa, especialmente no que se refere ao desenvolvimento da oralidade, da leitura e da escrita em contextos significativos. A obra "Cruzeiro do Sul: a cidade da gente" configura-se como uma experiência pedagógica relevante ao integrar o ensino da língua à identidade cultural da comunidade, destacando expressões regionais e marcas de oralidade características do falar local. Os resultados indicam que o ensino da Língua Portuguesa orientado por uma perspectiva sociolinguística contribui para a valorização da diversidade linguística, para o enfrentamento do preconceito linguístico e para a promoção de uma educação inclusiva e contextualizada, fortalecendo o diálogo entre escola e comunidade, e reconhecendo a pluralidade linguística como elemento essencial na formação integral dos estudantes.

Palavras-chave: Ensino da Língua Portuguesa. Variação linguística. Escola rural.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the teaching of the Portuguese language at Escola Municipal Antônio Ferreira Gomes, located in the rural community of Vila Santa Rosa, in Cruzeiro do Sul, Acre, focusing on how linguistic variation is approached in the local educational context. The study investigates how linguistic diversity is addressed in the school's pedagogical practices and institutional documents, considering language as an expression of culture and identity. Qualitative and documentary in nature, the research is grounded in the principles of the *Base Nacional* Comum Curricular (BNCC – National Common Curricular Base) and in the theoretical contributions of authors such as Bagno (2002, 2007), Bortoni-Ricardo (2004), Marcuschi (2008), Freire (1996), and Perrenoud (1999). The corpus of analysis comprises the Projeto Político-Pedagógico (Political-Pedagogical Project – PPP), *the* Planos de Curso (Course Plans – PC) for the 6th and 9th grades, and the book "Cruzeiro do Sul: a cidade da gente", produced collaboratively by teachers, students, and members of the school community. The analysis of the PPP revealed the school's commitment to valuing local culture and language, in line with the BNCC guidelines, which emphasize respect for different forms of speech and the understanding of language as a social practice. The Course Plans were found to be aligned with the general and specific competencies of the Portuguese Language component, particularly in developing oral, reading, and writing skills in meaningful contexts. The "Cruzeiro do Sul: a cidade da gente proved to be a highly relevant pedagogical experience by integrating language teaching with the appreciation of the community's cultural identity, highlighting regional expressions and features of local speech. The results indicate that teaching Portuguese from a sociolinguistic perspective contributes to combating linguistic prejudice and promoting an inclusive, contextualized, and representative education. It is concluded that the recognition of linguistic diversity should be understood as an essential element in the students' holistic education, fostering dialogue between school and community and strengthening the construction of an education that values the linguistic and cultural plurality of the Brazilian people.

Keywords: Teaching the Portuguese language. Linguistic variation. Rural school.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PPP: Projeto Político Pedagógico

PC: Plano de Curso

LP: Língua Portuguesa

LD: Livros Didáticos

BNCC: Base Nacional Comum Curricular

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **15**
CAPÍTULO I **22**
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA **22**
1 VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA ESCOLA ANTÔNIO FERREIRA GOMES **22**
CAPITULO II **31**
METODOLOGIA **31**
CAPITULO III **38**
3 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS **39**
3.1 Plano de Curso do 6º e 9º ano e o estudo da variação linguística **39**
3.2 “Cruzeiro do Sul: a cidade da gente” **46**
CONCLUSÃO **57**
REFERÊNCIAS **62**

INTRODUÇÃO

A diversidade cultural do Brasil é vasta e permeia todos os aspectos da sociedade, incluindo diferentes grupos sociais, gêneros e faixas etárias. Essa riqueza cultural se reflete diretamente na língua, que apresenta rica variedade linguística. Essas variedades podem ser categorizadas de acordo com fatores sociais (diastráticas), regionais (diatópicas), históricos (diacrônicas), estilísticos (diafásicas) e geracionais (diageracionais). Além dessas dimensões, fatores como status social, profissão, sexo, estilo pessoal, grau de instrução e contexto (formal/informal) contribuem para enriquecer as línguas naturais.

O Brasil, com uma imensa extensão territorial e a utilização eminente não só do português, mas de outras línguas, como indígenas e outros idiomas trazidos por imigrantes, fez com que a língua portuguesa, na sua variante brasileira, fosse enriquecida cada vez mais. Reconhecer essa heterogeneidade faz com que a compreensão de uma língua absoluta se dissipe, e que o ideal de padronização da língua seja repensado, assumindo a compreensão de que a variação linguística não é sinônimo de erro, e que as diferentes formas de manifestação da linguagem são o resultado da evolução natural na qual as línguas vivas estão dispostas.

Essa concepção é importante para desconstruir o preconceito de que “os brasileiros não sabem o português” – compreensão que é interessante mencionar, visto que somos falantes da língua e por meio dela nos comunicamos. Logo, compreender as variações presentes na língua pode colaborar para que seus usuários respeitem suas diversas formas de manifestação. Fixar a ideia de que a língua portuguesa é única e imutável implica negligenciar o rico contexto histórico e cultural do Brasil.

Nos últimos tempos, a sociolinguística tem desenvolvido muitos trabalhos que direcionam um olhar mais aprofundado acerca dos estudos sobre a linguagem humana e suas diferentes formas de manifestação em contextos sociais, oferecendo aportes teóricos que auxiliam na compreensão dos estudos linguísticos. Entender sobre as diferentes formas de manifestação da língua e suas variações nos auxilia no processo de valorização do aprendizado da língua portuguesa, doravante LP. Embora o Brasil não seja um país monolíngue, a LP, variante brasileira, é a língua oficial do país e, por isso, ela é ensinada como disciplina obrigatória em escolas brasileiras.

Contudo, enquanto língua viva, precisamos considerar que a LP está em constantes processos de mudança que motivam processos de criação e desuso de unidades lexicais, como é o caso do pronome de tratamento “vossa mercê”, que passou pelas seguintes modificações: vossa mercê > vossemecê > vosmecê > você. Como aponta Faraco (2005), as línguas mudam

de forma contínua e sistêmica, muitas vezes de maneira imperceptível para os falantes, para atender às necessidades de circulação de significados, sem que isso signifique uma perda de organização do sistema.

No contexto da escola, é possível identificar de forma enriquecedora o fenômeno da variação linguística: inúmeros sujeitos, de idades, experiências e vivências distintas, ocupam espaços semelhantes na escola, numa promoção de intercâmbio linguístico. No entanto, tais sujeitos vivem o conflito entre o formal e o social; isto é, entre o modelo de língua ideal prescrita pela gramática normativa e a língua em suas relações cotidianas. Enquanto pesquisadora, também vivenciei esse conflito durante o período em que cursei o Ensino Básico e o Ensino Superior.

Nasci no Vale do Juruá, especificamente na cidade de Cruzeiro do Sul, Acre, localizada na região Norte do Brasil. É a segunda maior cidade do estado e fica às margens do Rio Juruá, sendo conhecida por sua rica biodiversidade e paisagens naturais. A cidade tem forte ligação com a cultura indígena e ribeirinha, refletindo a diversidade cultural da região amazônica. Além disso, Cruzeiro do Sul é famosa por suas festas tradicionais, como o novenário de Nossa Senhora da Glória, que atrai visitantes de toda a região. A economia local é baseada na agricultura, no comércio e no extrativismo, com destaque para a produção de farinha de mandioca, um produto muito consumido na região.

Vim de uma família humilde. Meu pai, Maurício Oliveira do Nascimento, era marreteiro e minha mãe, Maria Letícia do Nascimento, era empregada doméstica e lavadeira; ambos analfabetos e vindos do seringal Riozinho das Minas, a cima do município de Porto Valter. Eles decidiram morar na cidade (zona urbana) com os quatro filhos e tentar um futuro melhor, pois as crianças precisavam estudar. Com o auxílio e incentivo de um familiar que trabalhava como diretora em uma instituição escolar, meus pais conseguiram um espaço de terra em um loteamento social, localizado no bairro Manoel Terças, próximo ao antigo Hospital Regional. Ali, a minha família se instalou e meus irmãos passaram a estudar na escolinha do bairro, denominada Regos Barros.

A vida não era fácil. Vindos do seringal, sem estudos e emprego, precisaram se adequar à realidade de trabalhos informais, os famosos “bicos”. Minha mãe trabalhava durante o dia como empregada doméstica, e quando chegava à noite ia lavar roupa para outras pessoas (lavar “para fora”); meu pai fazia “bicos” na beira do rio, e posteriormente foi contratado pela empresa Construtora Colorado. Com o tempo e as dificuldades da região, meu irmão mais velho optou por ir para o garimpo em Rondônia, e os outros irmãos passaram a ajudar nas despesas da casa, produzindo e vendendo vip (saquinho com suco de fruta congelado). Depois de alguns anos,

apesar de adaptados à vida na cidade, a família ainda passava por muitas dificuldades; com isso, meus irmãos optaram por desistir dos estudos.

Nesse mesmo período e com quase quarenta anos, minha mãe descobriu que estava grávida de mim; eu seria a quinta entre os filhos. A notícia da gravidez gerou grande aflição para a família, pois mal tinham o que comer, e o pai passava meses fora por conta do trabalho. A situação parecia desesperadora. No entanto, tudo passou a melhorar quando meu pai decidiu sair da construtora e trabalhar como marreteiro. A minha mãe deixou de ser lavadeira e abriu um pequeno negócio, que posteriormente virou um bar, e pouco tempo depois uma pequena mercearia de bairro.

Poucos anos depois do meu nascimento, meus outros dois irmãos foram embora para Porto Velho, Rondônia, e minha irmã casou-se e saiu de casa, ainda com quatorze anos, restando somente eu e meus pais. Mesmo com todas as dificuldades, sempre fomos incentivados a estudar. Para me ajudar nas tarefas, minha mãe sempre pedia auxílio de uma vizinha que sabia ler.

Apesar de não ter estudo, minha mãe sempre foi muito presente na escola e fazia questão de acompanhar minha dedicação. No período escolar, sempre tirei boas notas e gostava de participar de atividades artísticas, como oficinas de desenhos. Sempre me envolvia em projetos do meio ambiente, chegando até a ser umas das alunas da rede estadual a representar o Acre na condição de delegada, em Brasília, no projeto Agenda 21 – Instrumento de planejamento para a construção de uma sociedade mais sustentável.

Sempre acreditei que por meio dos estudos poderia adquirir melhores condições no futuro. Fui a primeira da família a cursar o Ensino Superior, e durante a Graduação precisei me esforçar bastante para acompanhar os conteúdos. Meu primeiro acesso ao ensino superior foi no curso de Serviço Social, em uma faculdade particular, na modalidade Educação a Distância (EaD). Como os recursos da família eram bastante limitados, não pude ter acesso a um computador, nem a um plano de internet; por isso, precisei desistir do curso. Naquele mesmo ano, a Universidade Federal do Acre realizou o último processo seletivo via vestibular. A conceituada instituição pública era a oportunidade para que eu tivesse acesso à formação de nível superior.

Dentre os cursos ofertados, fiquei indecisa entre Letras Português e Pedagogia. Por influência das amigas, realizei a inscrição nos dois cursos, pois ainda havia tempo para tomar uma decisão. A disciplina de língua portuguesa sempre havia causado insegurança durante minha formação no ensino básico, devido às minhas dificuldades com as normas gramaticais.

Por ter uma relação muito boa com crianças, eu estava muito inclinada a optar pelo curso de Pedagogia.

No entanto, o destino não permitiu que eu escolhesse por mim mesma. Por conta de uma confusão na hora de pagar os boletos de inscrição, acabei pagando a taxa para o curso de Letras. Quando percebi o que havia feito, fiquei muito aflita, pois recordei a experiência difícil no ensino básico. Apesar de descrente sobre qualquer possibilidade de sucesso, fui aprovada na 16ª posição na 1ª fase do vestibular, e passei em 26º lugar na fase final.

Figura 01: Colação de Grau – Licenciatura em Letras Português.

Fonte: acervo pessoal.

A família entrou em festa, pois eu era a primeira filha a ingressar em uma faculdade – melhor ainda, era uma instituição Federal. Tudo parecia estar bem, porém, quando iniciei os estudos aprofundados sobre linguística, passei a refletir sobre o meu modo de falar e escrever. Alguns colegas de turma corrigiam minha fala e insistiam para que eu falasse "corretamente". Os professores sempre colocavam registros em meus textos, indicando a necessidade de correção para um melhor aperfeiçoamento da escrita. Nada parecia fazer muito sentido, pois enquanto falante de língua portuguesa, variação brasileira, eu não demonstrava domínio nem da fala, nem da escrita.

Por algum tempo, me senti sufocada por não conseguir nem falar nem escrever bem. Tentava a todo custo ensinar meus pais a falarem "corretamente"; assim, eu corrigia insistentemente quando falavam "veve" ao invés de "vive". A minha intenção naquele momento era a de sair da universidade conhecendo o português padrão, apresentado na gramática normativa; ou seja, fazendo uso da forma "correta" da língua. Para isso, me dediquei bastante,

com leituras regulares; e, finalmente, colei grau. A filha de pais analfabetos se tornou professora de Língua Portuguesa. Essa constatação foi tão importante para mim e para a minha família.

Meu primeiro emprego foi em uma escola localizada na zona rural do município de Cruzeiro do Sul, Acre. Jovens e crianças compunham a alegre comunidade escolar. Falavam, cantavam, riam, brincavam, gritavam, se entendiam em uma língua que recordava muito o falar de meus pais, mas que não parecia certo ser usada em um ambiente de ensino formal. Alguns questionamentos particulares surgiram em minha cabeça: O que fazer agora? Quantas pessoas estavam ali? Seria correto tentar corrigir todos assim? Por algum tempo eu tentei, mas sem muito sucesso. Enquanto professora de Língua Portuguesa, seria adequado aceitar aquela linguagem? Eu me sentia, mais uma vez, refém da língua; mas não desejava fazer com aqueles jovens e crianças o que fizeram comigo, pois eu sabia da tristeza que sentia ao não conseguir me adequar às normas impostas e por ser motivo de chacota pelos colegas. Pelo menos ali, naquela escola, todos se entendiam, e nenhum falar se destacava.

As experiências reais que vivenciei sobre a linguagem formal e não formal e o conteúdo de variação linguística que ministrei no decorrer do ano letivo na Escola Antônio Ferreira Gomes me fizeram ter mais curiosidade sobre a linguagem, a língua e o ensino da disciplina de língua portuguesa na instituição. Quando fui aprovada no Programa de Pós-Graduação Ensino de Humanidades e Linguagens (Ppehl), decidi pesquisar sobre o ensino da língua portuguesa, verificando as diretrizes referentes ao conteúdo da variação linguística em documentos e materiais didáticos que orientavam o ensino da língua. A pergunta que conduziu este estudo foi: O ensino da língua portuguesa em escolas rurais reconhece, respeita e valoriza os diferentes falares da comunidade local? E, ainda, de que forma os dialetos são abordados no ensino de língua portuguesa?

A proposta da pesquisa é observar como o conteúdo da variação linguística é abordado na Escola Antônio Ferreira Gomes, escola localizada na zona rural de Cruzeiro do Sul, Acre, a saber: Vila Santa Rosa, distante aproximadamente 25 km da região central do município de Cruzeiro do Sul. Para tanto, tem-se como **objetivo geral** da pesquisa: realizar um estudo sobre o ensino da língua portuguesa na Escola Antônio Ferreira Gomes, com ênfase na variação linguística, considerando documentos normativos e a obra *Cruzeiro do Sul: a cidade da gente*, a fim de compreender a diversidade linguística como recurso formativo.

Para tanto, elencaram-se os seguintes **objetivos específicos:** a) examinar os documentos orientadores da escola, a fim de compreender como a variação linguística é abordada, considerando as orientações nacionais para o ensino da disciplina de língua portuguesa referente ao conteúdo; b) descrever o processo de produção da obra *Cruzeiro do Sul: cidade da gente*,

considerando a proposta do projeto, autores e processos para publicação e resultados para o ensino da língua portuguesa na escola; c) analisar as contribuições da obra *Cruzeiro do Sul: cidade da gente* para a compreensão da diversidade linguística no ambiente escolar, em articulação com as práticas de ensino de língua portuguesa.

Esta pesquisa se baseia em uma abordagem documental descritiva, com foco na disciplina de língua portuguesa, observando, em especial, o conteúdo da variação linguística, considerando os princípios norteadores na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e os demais documentos da instituição, dando ênfase ao Plano de Curso (PC) e a obra *Cruzeiro do Sul: a cidade da gente*, na qual consta produções de alunos e funcionários da escola. No estudo, considerou-se o contexto regional, uma vez que temos interesse nas questões dialetais identificadas ao longo da análise.

A **introdução** apresenta os fundamentos da pesquisa, destacando a diversidade linguística do Brasil e a compreensão da língua como um fenômeno dinâmico, conforme os estudos da sociolinguística. Também relaciona a trajetória da pesquisadora ao tema investigado, justificando a escolha do estudo. Por fim, delimita a problemática, os objetivos e o percurso metodológico, com foco no ensino de Língua Portuguesa e na valorização da variação linguística no contexto escolar rural.

Quanto à estrutura, a dissertação apresenta a seguinte organização: O primeiro capítulo, intitulado **Variação linguística e o ensino de língua portuguesa na Escola Antônio Ferreira Gomes**, corresponde à fundamentação teórica da pesquisa. Nele são discutidos os conceitos de língua, linguagem e variação linguística, à luz de autores como Bagno (2003, 2009, 2014), Bortoni-Ricardo (2004), Antunes (2009), Marcuschi (2008) e Freire (1996), entre outros estudiosos que tratam da sociolinguística e do ensino de língua portuguesa. Além disso, o capítulo apresenta uma análise do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Antônio Ferreira Gomes, evidenciando sua função na organização do trabalho pedagógico e na valorização das práticas linguísticas e culturais da comunidade escolar.

O segundo capítulo, denominado **Metodologia**, descreve o percurso metodológico da pesquisa, caracterizada como qualitativa, documental e descritiva. São apresentados o *lócus* da investigação – Escola Antônio Ferreira Gomes, localizada na zona rural de Cruzeiro do Sul, Acre –, bem como os documentos e materiais que constituíram o *corpus* do estudo: o Projeto Político-Pedagógico (PPP), os Planos de Curso da disciplina de Língua Portuguesa e o livro *Cruzeiro do Sul: a cidade da gente*, produzido pela própria instituição. Também são detalhadas as etapas da pesquisa, os critérios de análise e os referenciais utilizados para assegurar a validade e a consistência dos resultados.

O terceiro capítulo, intitulado **Resultados e análise de dados**, apresenta a leitura interpretativa dos materiais analisados à luz dos objetivos propostos e dos referenciais teóricos discutidos. O capítulo se organiza em dois eixos principais: a análise dos Planos de Curso da disciplina de Língua Portuguesa, com ênfase no tratamento dado à variação linguística conforme as orientações da BNCC, e a análise da obra *Cruzeiro do Sul: a cidade da gente*, que revela práticas culturais e linguísticas da comunidade escolar. Essa etapa permite compreender como o ensino de Língua Portuguesa, na instituição, dialoga com a diversidade linguística e com a valorização da identidade local.

Por fim, nas **Considerações finais**, retoma-se os principais resultados obtidos e reflete sobre as contribuições da pesquisa para o ensino da Língua Portuguesa. Nessa seção são discutidas as possibilidades de valorização da variação linguística como elemento fundamental para uma educação inclusiva e contextualizada, destacando a importância de reconhecer a língua em sua pluralidade e em suas múltiplas formas de expressão.

A seguir, apresentamos a Escola Municipal Antônio Ferreira Gomes, situada na comunidade Vila Santa Rosa em Cruzeiro do Sul, Acre. Neste capítulo, discorremos sobre as relações e colaborações estabelecidas entre a instituição e a comunidade local, destacando o papel social e educacional que a escola desempenha no contexto rural. Essa contextualização introduz a Fundamentação Teórica, na qual são discutidos os conceitos de língua, linguagem e variação linguística, à luz de autores que abordam a Sociolinguística e o ensino da Língua Portuguesa. O capítulo também apresenta o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da instituição, evidenciando como suas diretrizes dialogam com a valorização da diversidade linguística e cultural presente no cotidiano escolar.

1 VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA ESCOLA ANTÔNIO FERREIRA GOMES

Este capítulo corresponde à fundamentação teórica desta dissertação de mestrado. Nele, reúnem-se conceitos importantes para nos fazer refletir sobre o fenômeno da variação linguística no ensino de língua portuguesa, em especial quando consideramos as implicações pedagógicas necessárias para essa abordagem diante da estrutura curricular e carga-horária destinada a esse componente curricular. Ainda, é importante considerar o nosso campo de estudo, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Ferreira Gomes, instituição classificada como "escola rural" pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)[1].

Os estudos sobre variação linguística têm se expandido no contexto nacional como um importante recurso para a valorização dos diferentes saberes e falares presentes em nosso país. As diferentes regiões apresentam formas específicas de uso da língua, que são transmitidas de geração em geração como parte integrante da cultura local. As distinções entre as manifestações da linguagem urbana e rural não indicam superioridade de uma forma sobre a outra, mas revelam realidades culturais distintas. No meio rural, observa-se a preservação de formas linguísticas locais, muitas vezes mantidas pelo relativo afastamento em relação aos centros urbanos. Esse fenômeno evidencia a continuidade de traços linguísticos marcados por uma tradição oral transmitida entre gerações.

Apesar da valorização institucional da norma culta no contexto educacional, os estudantes continuam empregando estruturas e vocabulários ligados ao seu meio familiar e regional. Bagno (2009) analisa esse cenário e destaca a persistência de concepções equivocadas sobre o domínio da língua. Para o autor,

> Ensinar português é reafirmar e confirmar todo o folclore e a superstição que cercam os fatos linguísticos em nossa cultura. 'Português é muito difícil', 'brasileiro não sabe português', falamos uma língua 'emprestada' que não respeitamos e que, ao contrário, 'abastardamos' o tempo todo. É a perpetuação injusta e injustificável de um conjunto de mitos infundados. (Bagno, 2009, p. 10)

A análise de Bagno revela que concepções homogeneizadoras da língua dificultam a compreensão de sua diversidade. A oralidade, presente em contextos urbanos e rurais, é portadora de identidade e história. A compreensão da língua como instrumento social, e não

[1] A identificação das escolas rurais é feita pelo Censo Escolar, coordenado pelo INEP em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Cada escola informa sua localização, classificada como urbana ou rural segundo critérios do IBGE. Assim, a definição resulta da articulação entre escolas, sistemas de ensino e órgãos nacionais de estatística.

apenas como estrutura normativa, é abordada pelo mesmo autor, ao afirmar que é necessário desfazer a equivalência entre língua e gramática normativa, reconhecendo esta última como uma dentre as possibilidades de uso linguístico.

É preciso reconhecer que, no ambiente escolar, o ensino de Língua Portuguesa deve contemplar tanto o reconhecimento da diversidade linguística quanto o ensino da norma padrão. Isso porque os estudantes precisam reconhecer e valorizar os dialetos locais como forma de identificar-se enquanto sujeitos pertencentes a um espaço rico, com característica específicas e ao mesmo tempo diversificadas; mas também precisam se preparar para as exigências impostas pela sociedade no que tange ao acesso aos diferentes níveis de formação, sendo necessária para o mercado de trabalho e ascensão social, onde a norma padrão é sempre utilizada como recurso avaliativo.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) estabelece que os alunos devem desenvolver competências que lhes permitam compreender e respeitar as variedades do português falado no Brasil, incluindo utilizar a norma culta em situações formais, pois a norma dá ao aluno mais uma ferramenta de poder. Sobre isso, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Antônio Ferreira Gomes considera que a instituição deve valorizar os aspectos científicos e culturais dos alunos, especialmente porque reconhece e valoriza o histórico da comunidade.

A escola Escola Antônio Ferreira Gomes foi fundada em 1925, pelo professor Diocleciano Teles de Menezes. Localizada na zona rural do município de Cruzeiro do Sul, no estado do Acre, a escola oferta o Ensino Fundamental I e II. Ela recebeu o nome em homenagem ao Coronel Antônio Ferreira Gomes, um seringalista Pernambucano que veio para o Acre, onde se tornou coronel da antiga Guarda Nacional. O coronel se estabeleceu na cidade de Cruzeiro do Sul, onde comprou as propriedades denominadas Nova Residência e Seringal Inveja, localizada onde atualmente conhecemos por Vila Santa Rosa, distante, aproximadamente, 25 km da região central do município.

Ao longo dos anos, a escola passou por expansões e reformas em sua estrutura física para atender às necessidades educacionais da região, devido ao aumento de pessoas na comunidade local e de localidades vizinhas. Com isso, tornou-se possível implantar o ensino fundamental anos finais (6º ao 9º ano) e atender a um maior número de alunos. Vários diretores e professores já atuaram na instituição, sendo o professor Evilásio Silva de Souza Filho o diretor atual, desde dezembro de 2014.

Figura 02: Escola Municipal Antônio Ferreira Gomes.

Fonte: acervo pessoal (2024).

O PPP da escola orienta práticas pedagógicas que consideram a realidade sociocultural da comunidade atendida, conforme as diretrizes nacionais estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Lei nº 9.394/96) e pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018). O documento organiza o currículo, define objetivos e estratégias de ensino, e incentiva a participação ativa da família e da comunidade, consolidando a função da escola como espaço de formação integral do aluno, contemplando aspectos cognitivos, culturais e sociais.

Nessa perspectiva, o ensino de Língua Portuguesa na zona rural assume um papel de mediação. Além de preparar o estudante para processos seletivos, concursos públicos e outras situações da vivencia social, o domínio da norma padrão é um instrumento de cidadania e inserção no mercado de trabalho. O desafio da escola rural, portanto, não é substituir a variedade linguística do aluno, mas oferecer-lhes a competência de transitar entre saberes científicos e empíricos, formais e informais, garantindo que sua origem cultural seja respeitada enquanto se abrem portas para a ascensão social e profissional.

De acordo com a LDB, o ensino fundamental deve proporcionar experiências de aprendizagem que contemplem tanto o conhecimento da norma culta quanto o reconhecimento das práticas linguísticas próprias de cada contexto social. O PPP da Escola Antônio Ferreira Gomes destaca que o currículo deve ser articulado às experiências dos estudantes na comunidade local, valorizando seu repertório linguístico e cultural. Essa abordagem está alinhada à concepção contemporânea de língua como fenômeno social, dinâmico e em constante transformação (Bagno, 2003), em contraposição à perspectiva tradicional que concebe a língua como entidade externa e imutável.

> A língua é uma coisa que é vista como exterior a nós, algo que estaria acima e fora de qualquer indivíduo, externo à própria sociedade: uma espécie de entidade mística,

> sobrenatural, que existe numa dimensão etérea secreta, imperceptível aos nossos sentidos, e à qual só uns poucos iniciados têm acesso. (Bagno, 2003, p. 17)

A escola estudada atende a uma comunidade rural diversificada, composta por famílias que trabalham na agricultura, comércio, serviços públicos e privados. O PPP reconhece essa diversidade e orienta o desenvolvimento de práticas pedagógicas que respeitem o repertório linguístico dos alunos, promovendo a inclusão social e a valorização cultural. Conforme Ilari e Basso (2008, p. 23), "é preciso que a escola ensine a norma culta sem desvalorizar os modos de falar próprios de cada aluno, respeitando sua identidade cultural e linguística", reforçando a necessidade de articular ensino da norma padrão e reconhecimento das variedades regionais.

A participação da família no processo educativo é enfatizada pelo PPP, que organiza reuniões, encontros e atividades colaborativas entre escola e comunidade, reconhecendo a importância desse envolvimento para a aprendizagem dos alunos e para o fortalecimento de práticas pedagógicas contextualizadas, especialmente em comunidades rurais, onde desafios como acesso limitado à internet e transporte precário impactam diretamente o cotidiano escolar. Freire (1996, p. 30) ressalta que:

> Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos [...] o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos chegam à escola – saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes, confrontando-os com outros saberes sistematizados. (Freire, 1996, p. 30)

No ensino de Língua Portuguesa, o PPP integra princípios da sociolinguística e da variação linguística, reconhecendo que a língua é plural e que diferentes formas de expressão coexistem em uma mesma comunidade linguística. Segundo Bortoni-Ricardo (2004, p. 19), "Toda fala é regida por normas, mas nem sempre pelas mesmas normas. Assim como a língua culta tem sua gramática e seus princípios de organização, as variedades populares também seguem regras específicas". Essa compreensão está presente no PPP, que orienta o professor a valorizar a diversidade linguística e a promover práticas pedagógicas que incluam diferentes registros e gêneros textuais.

O PPP também apresenta a importância de projetos de incentivo à leitura e à escrita, como O Projeto Vagalume, que oferecem bibliotecas comunitárias abertas à população. Essa iniciativa amplia o repertório linguístico dos estudantes, promove o letramento crítico e favorece a interação com diferentes gêneros e modalidades discursivas, da oralidade à escrita formal, consolidando a função social da linguagem, conforme apontam os estudos de Marcuschi (2008) e Rojo (2009).

Figura 03: Biblioteca da Escola Antônio Ferreira Gomes.

Fonte: acervo da escola, Projeto Vagalume (2023).

A interdisciplinaridade é outra diretriz prevista no PPP da escola, integrando Língua Portuguesa a outras áreas do conhecimento. Atividades como contação de histórias, entrevistas, relatos orais e produção de textos digitais permitem aos alunos compreender a língua em contextos variados, refletindo sobre seu uso social e ampliando a competência comunicativa. Conforme aponta Oliveira (2010, p. 43), “ajudar o estudante a aprender a se comportar linguisticamente em diversas situações de interação social é o objetivo principal das aulas de português”, enfatizando que a escolha da forma linguística adequada depende do contexto, interlocutor e finalidade comunicativa.

O PPP apresenta critérios de dimensionamento de turmas e organização do ensino em turnos, visando o atendimento adequado dos estudantes. Atualmente, a escola conta com 282 alunos distribuídos em 12 turmas, atendendo moradores da Vila Santa Rosa e de ramais próximos, o que demanda práticas pedagógicas sensíveis às condições de acesso e aos recursos disponíveis.

O ensino da norma culta no PPP é articulado de maneira contextualizada, reconhecendo a diversidade linguística local. Bagno (1999, p. 9-10) destaca que “a gramática não é a língua. A língua é um enorme iceberg flutuando no mar do tempo, e a gramática normativa é a tentativa de descrever apenas uma parcela mais visível dele”, indicando que a diversidade de fala deve ser compreendida e respeitada no espaço escolar. Nesse sentido, o PPP orienta práticas que favoreçam o reconhecimento da identidade cultural dos alunos, evitando a estigmatização de falas não padronizadas.

A escola ainda incorpora atividades que promovem a expressão artística e cultural, considerando manifestações locais e globais. O PPP enfatiza a importância do desenvolvimento emocional e social, estimulando autoconhecimento, empatia, diálogo, resolução de conflitos e

cooperação entre os alunos. Essa abordagem está alinhada com a perspectiva de Soares (1980, p. 74), que argumenta que uma escola transformadora não rejeita os dialetos dos alunos pertencentes às tradições populares, reconhecendo a relação entre linguagem, cultura e pertencimento social.

O ensino de Língua Portuguesa na escola rural, conforme o PPP, envolve ainda a observação da variação linguística histórica e social. Irandé Antunes (2009, p. 23) observa que "a voz de cada um de nós é, na verdade, um coro de vozes [...] que expressam visões, concepções, crenças, verdades e ideologias", ressaltando a necessidade de compreender como as práticas linguísticas refletem contextos sociais e culturais diversos. A escola indica, através do PPP, uma educação linguística crítica, que reconheça a pluralidade de usos da língua e combata o preconceito linguístico, promovendo a inclusão e o desenvolvimento integral do aluno (Bagno, 1999).

Além do ensino formal, o PPP também mostra a utilização de tecnologias educacionais e projetos de leitura e produção textual contextualizados, promovendo o engajamento dos estudantes com conteúdo significativos e com a realidade local. Cunha (2009, p. 71) reforça que "o campo brasileiro possui uma riqueza histórica, cultural e linguística que deve ser reconhecida e valorizada no ambiente escolar", evidenciando a necessidade de articular práticas pedagógicas aos saberes e experiências dos alunos.

Figura 04: Pátio da escola, horário da chegada dos alunos.

Fonte: Acervo pessoal (2024).

De acordo com o PPP, a Escola Antônio Ferreira Gomes articula quatro dimensões fundamentais: 1) Valorização da diversidade linguística e cultural da comunidade; 2) Ensino da norma culta de maneira contextualizada; 3) Integração entre escola, família e comunidade; 4) Promoção da inclusão social e do desenvolvimento integral dos alunos.

Ao dialogar com os conceitos de língua, norma, variação e preconceito linguístico, o PPP demonstra que a escola pode oferecer ensino de qualidade, articulando princípios normativos à valorização das práticas comunicativas dos alunos. Essa integração reforça a função da escola como espaço de formação cidadã, capaz de conciliar o domínio da norma padrão com o reconhecimento da pluralidade linguística e cultural presente na comunidade (Signorini, 2002; Soares, 1980).

Os documentos consultados, como Projeto Político Pedagógico da escola e o Plano de Curso de língua portuguesa refletem essa abordagem, fortalecendo ações externas para a valorização da leitura. Como resultado, os projetos de leitura se tornaram ativos na instituição, culminando na produção da obra *Cruzeiro do Sul: a cidade da gente*, desenvolvido em colaboração com a escola e a comunidade. Nas seções seguintes apresentamos os materiais de análise utilizados nesta pesquisa, a saber: os planos de cursos dos 6º e 9º anos, bem como a produção da obra *Cruzeiro do Sul: a cidade da gente*, trabalho colaborativo entre as comunidades interna e externa.

Quanto ao Plano de Curso, ele deve ser compreendido como um documento pedagógico que organiza e sistematiza o trabalho docente dentro das instituições escolares. Ele orienta o processo educativo ao reunir objetivos, conteúdos, metodologias, recursos e formas de avaliação que guiam as práticas do professor. Como afirma Libâneo (2013, p. 148), "o planejamento é uma atividade de reflexão, de previsão e de organização da ação docente, que visa dar direção ao ensino e torná-lo mais eficaz".

Essa dimensão organizadora está diretamente vinculada ao papel formativo do plano de curso, que funciona como um registro formal e sistemático. Para Spudeit (2014, p. 3), "o plano deve indicar os materiais, os procedimentos e as estratégias que possibilitam ao professor alcançar os objetivos estabelecidos, ao mesmo tempo em que assegura coerência no desenvolvimento das atividades escolares". Assim, o planejamento pedagógico contribui para a construção de um ensino articulado às necessidades do contexto escolar.

A avaliação também ocupa espaço central no plano de curso. De acordo com Hoffmann (2009, p. 67), "avaliar é acompanhar o processo de aprendizagem em suas diferentes etapas, registrando avanços e dificuldades, para possibilitar intervenções pedagógicas adequadas". Essa compreensão amplia a função avaliativa, deslocando-a de um caráter meramente classificatório para um instrumento contínuo de acompanhamento. Nesse sentido, a avaliação descrita nos planos deve ser processual e diversificada, contemplando atividades escritas, trabalhos coletivos, pesquisas e registros observacionais, conforme já enfatizado por Spudeit (2014).

Segundo Fernandes (2009, p. 45), “a avaliação deve ser compreendida como parte integrante da aprendizagem, e não como um momento isolado de verificação”. Os planos de curso da escola Antônio Ferreira Gomes reforçam essa concepção ao prever instrumentos variados e contínuos, como observações, registros no diário de classe, atividades individuais e coletivas. Essa prática vai ao encontro de uma avaliação diagnóstica e formativa, que acompanha o percurso do estudante e orienta o professor em suas intervenções pedagógicas.

No caso da escola Antônio Ferreira Gomes, os planos de curso elaborados para o Ensino Fundamental são articulados ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) e às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – ambos funcionam como norteadores da prática docente. A BNCC (Brasil, 2018, p. 17) afirma que “a escola deve garantir aos alunos o desenvolvimento de competências que lhes permitam compreender e intervir na realidade, valorizando a diversidade de saberes e vivências culturais”. Esse princípio reforça a importância da variação linguística no ensino de Língua Portuguesa, uma vez que reconhece a pluralidade de usos da língua.

O plano de curso constitui um instrumento pedagógico fundamental para a organização e sistematização do ensino. Ele orienta o trabalho docente, define os objetivos de aprendizagem e estabelece as estratégias metodológicas que serão utilizadas no decorrer do período letivo. Conforme Perrenoud (1999, p. 23), “ensinar exige preparar situações didáticas que favoreçam a construção do conhecimento”. Nesse sentido, o plano de curso permite que o processo de ensino-aprendizagem seja conduzido de forma intencional, planejada e coerente com as necessidades dos estudantes.

A instituição busca valorizar as identidades linguísticas e culturais da comunidade. Isso pode ser observado na dinâmica adotada para a biblioteca da escola, onde o acesso não é restrito para a comunidade escolar, mas para a comunidade local; ou seja, os moradores da Vila Santa Rosa poderão ter acesso à biblioteca, desde que façam cadastro simples de usuário, comprometam-se a cuidar dos livros, respeitem os horários de funcionamento e devolvam as obras no prazo combinado. O empréstimo de livros pode ser feito de forma domiciliar ou para uso local no espaço da biblioteca; se não for possível, pode-se ficar para consultar na escola, participar de rodas de leitura, oficinas literárias, encontros culturais etc.

Sobre a necessidade de promoção da leitura em diferentes espaços, escolas, bibliotecas comunitárias, praças, espaços culturais locais, residências e centros comunitários se destacam. Essas instâncias são importantes para que a leitura não fique confinada ao espaço escolar ou ao currículo formal, mas circule por onde as pessoas vivem, se reúnem, conversam, compartilham suas memórias e saberes. Dessa forma, a leitura, compreendida como prática social e

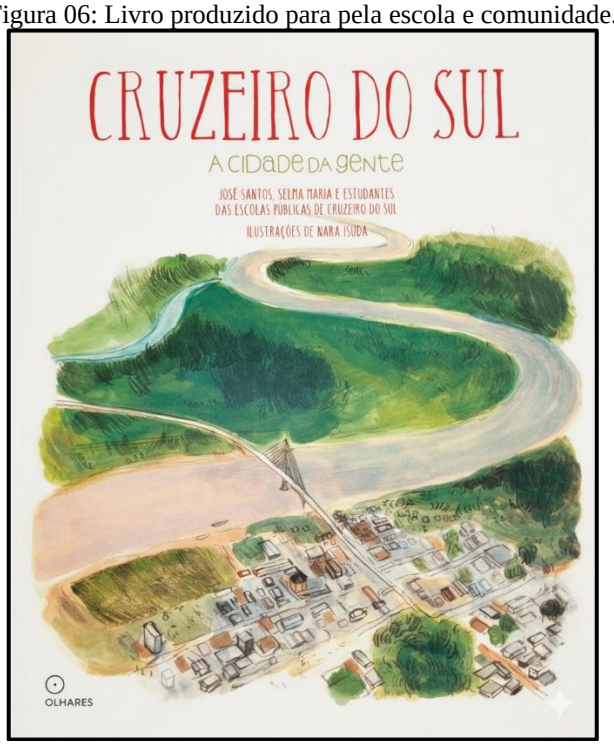
instrumento de construção da identidade, ultrapassa o âmbito da escola e se consolida como um meio de participação cultural e de valorização dos saberes locais. A articulação entre espaços formais e não formais de leitura amplia as possibilidades de formação de leitores e reforça o papel da escola como mediadora do conhecimento e promotora da cidadania.

Considerando essas reflexões, o próximo capítulo apresenta o percurso metodológico adotado nesta pesquisa, descrevendo os procedimentos de análise dos documentos e materiais produzidos pela comunidade escolar, com o intuito de compreender como a variação linguística é abordada no ensino da Língua Portuguesa na Escola Municipal Antônio Ferreira Gomes.

2 METODOLOGIA

Neste capítulo apresentamos a metodologia da pesquisa, momento em que se expõe o percurso investigativo realizado, a natureza da pesquisa, os procedimentos adotados para o tratamento dos materiais e as estratégias utilizadas para assegurar a validade e a confiabilidade da análise. O estudo procurou compreender de que forma a variação linguística é contemplada no ensino da Língua Portuguesa, no contexto de uma escola rural localizada no município de Cruzeiro do Sul, Acre. Para tanto, o estudo se voltou para a análise de documentos institucionais e materiais produzidos pela própria comunidade escolar, especialmente PPP e PC da disciplina de Língua Portuguesa, além do livro *Cruzeiro do Sul: a cidade da gente*, cuja capa já antecipa o caráter identitário e pedagógico da proposta, conforme se visualiza na figura abaixo:

Figura 06: Livro produzido para pela escola e comunidade.



Fonte: Acervo pessoal (2025).

A escolha pelos materiais consultados justifica-se pelo fato de que eles representam diferentes dimensões do processo educacional: o PPP organiza a estrutura institucional e define os princípios pedagógicos; o Plano de Curso orienta o trabalho docente, determinando objetivos, metodologias e critérios de avaliação; e o livro produzido no âmbito da escola revela práticas culturais e linguísticas da comunidade, funcionando como registro e como material didático. A análise conjunta desses elementos possibilita compreender a relação entre o ensino da língua e as realidades sociolinguísticas locais, revelando se a diversidade linguística presente na comunidade escolar encontra espaço de valorização e legitimação no currículo.

A pesquisa, de natureza qualitativa, busca compreender os fenômenos educacionais em sua complexidade, sem a pretensão de quantificá-los ou reduzi-los a dados estatísticos. Segundo Lüdke e André (1986), a pesquisa qualitativa permite captar significados e interpretações, valorizando a perspectiva dos sujeitos e o contexto em que estão inseridos. Além disso, a investigação se caracterizou como documental, pois teve como principal fonte de dados materiais escritos que registram práticas e concepções educacionais. Para Gil (2002), a pesquisa documental ultrapassa a simples descrição de conteúdos, exigindo do pesquisador a capacidade de interpretar, categorizar e relacionar os documentos a referenciais teóricos e contextuais. Nesse sentido, May (2004) ressalta que os documentos não existem de forma isolada, mas devem ser situados em estruturas mais amplas, a fim de que seus significados possam ser devidamente compreendidos.

A pesquisa também assume caráter descritivo, uma vez que buscou identificar, registrar e interpretar como a variação linguística aparece nos documentos institucionais e no material didático. Conforme Triviños (1987), a pesquisa descritiva visa oferecer uma visão detalhada de determinado fenômeno, descrevendo suas características essenciais e possibilitando análises mais aprofundadas. Dessa forma, os três eixos metodológicos – qualitativo, documental e descritivo – se articularam para oferecer uma análise consistente sobre o tratamento da variação linguística no contexto escolar investigado.

O *lócus* da pesquisa é a Escola Municipal Antônio Ferreira Gomes, situada na zona rural de Cruzeiro do Sul, no estado do Acre. Essa instituição atende crianças e adolescentes do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, recebendo alunos provenientes da comunidade Vila Santa Rosa e de localidades vizinhas. A escola cumpre papel central na comunidade, não apenas como espaço de escolarização, mas também como ambiente de integração social e cultural. Sua biblioteca, por exemplo, estende o acesso não apenas à comunidade escolar, mas também aos moradores da região, constituindo-se em espaço de promoção da leitura e valorização da identidade cultural local. A caracterização da instituição, portanto, é fundamental para compreender o contexto em que os documentos foram produzidos e utilizados.

A estrutura física da escola é composta por salas de aula, secretaria, sala de professores, biblioteca, coordenação pedagógica e espaços de convivência. O corpo docente é formado por professores efetivos e temporários, que desenvolvem seu trabalho em condições que refletem tanto os desafios quanto às potencialidades da educação em áreas rurais. O público escolar, em sua maioria, é formado por estudantes oriundos de famílias trabalhadoras, que vivenciam práticas linguísticas fortemente marcadas pela oralidade e por expressões regionais. Esses

elementos revelam a relevância de se investigar a relação entre currículo, prática pedagógica e diversidade linguística no contexto analisado.

Embora os sujeitos da pesquisa não tenham sido diretamente entrevistados ou observados, sua presença é perceptível de forma indireta, pois os documentos analisados refletem práticas de professores, gestores e alunos. O PPP registra a concepção de escola construída coletivamente; o Plano de Curso traduz o planejamento docente em diálogo com as diretrizes da instituição; e o livro produzido reúne memórias, relatos e registros linguísticos dos próprios estudantes e da comunidade. Dessa forma, mesmo sendo uma pesquisa documental, os sujeitos aparecem de maneira mediada pelos materiais escritos, o que exige do pesquisador sensibilidade para interpretar as vozes sociais que atravessam os textos.

O desenvolvimento da pesquisa se deu em etapas sucessivas. O primeiro passo foi o contato com a direção e a coordenação pedagógica da escola, ocasião em que se apresentou o objetivo da investigação e se solicitou o acesso aos documentos. A instituição mostrou-se receptiva e colaborativa, disponibilizando o PPP, os Planos de Curso da disciplina de Língua Portuguesa, os livros didáticos utilizados no Ensino Fundamental e a obra *Cruzeiro do Sul: a cidade da gente*. Em seguida, foi realizada a organização dos materiais, de modo a facilitar a análise. Considerando que a escola atende todas as séries do Ensino Fundamental, optou-se por restringir o exame aos documentos referentes ao 6º e 9º ano. Essa escolha visou observar de que maneira a variação linguística é apresentada no início do segmento e como é retomada ou consolidada no final, permitindo identificar possíveis avanços ou lacunas no percurso formativo dos alunos.

A etapa seguinte consistiu na definição dos critérios de análise. Para garantir objetividade, foram estabelecidas categorias específicas: a presença ou ausência da variação linguística nos documentos; a articulação com as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC); os objetivos de aprendizagem relacionados à diversidade linguística; as metodologias de ensino propostas; os critérios de avaliação estabelecidos; e a representação das práticas linguísticas locais nos materiais. A partir desses critérios, foi realizada a leitura e categorização dos documentos, seguida da interpretação fundamentada nos referenciais teóricos da sociolinguística educacional.

A análise buscou identificar não apenas se a variação linguística estava mencionada, mas sobretudo como era tratada e se havia coerência entre os documentos oficiais, os planejamentos docentes e os materiais didáticos. O PPP foi analisado para compreender a estrutura e as diretrizes pedagógicas da escola, assim como sua relação com o contexto local. Além disso, foram identificadas as ações pedagógicas propostas para fortalecer o vínculo entre

a escola e a comunidade, especialmente aquelas relacionadas à valorização das práticas culturais locais e à ampliação dos espaços de participação social. Nesse sentido, buscou-se compreender de que maneira o PPP orienta a prática docente em relação ao reconhecimento das identidades linguísticas dos estudantes e à promoção de um ambiente escolar inclusivo, no qual diferentes formas de expressão sejam legitimadas.

O PC da disciplina de Língua Portuguesa foi examinado com o intuito de verificar como a variação linguística é contemplada no planejamento curricular. Nessa análise, foram considerados os objetivos de aprendizagem, os conteúdos selecionados, as metodologias propostas e os critérios de avaliação, buscando identificar se há articulação com as orientações da BNCC com a realidade sociocultural dos estudantes.

Quanto ao livro *Cruzeiro do Sul: a cidade da gente*, buscamos identificar se a linguagem utilizada na obra reflete aspectos da realidade sociolinguística local. Nesse processo, observou-se o vocabulário empregado, a presença de expressões regionais e a forma como as variedades linguísticas aparecem no texto, relacionando esses elementos ao contexto cultural e social dos alunos.

A biblioteca escolar exerce um papel importante na formação integral dos alunos e na consolidação da identidade educativa da escola. Mais do que um espaço de armazenamento de livros, ela se constitui como um ambiente de encontro, reflexão e partilha de saberes, contribuindo para o desenvolvimento intelectual e cultural de toda a comunidade escolar – alunos, professores, equipe gestora, funcionários e famílias. O fortalecimento das ações voltadas à leitura e à escrita confere à escola visibilidade e prestígio, transformando-a em uma referência educacional dentro da comunidade e do município de Cruzeiro do Sul, Acre.

No contexto da Escola Municipal Antônio Ferreira Gomes, a biblioteca tem se destacado como um centro de práticas de letramento e de valorização da cultura local, promovendo continuamente o incentivo à leitura não apenas no ambiente escolar, mas também em toda a comunidade. Essa atuação está em consonância com as diretrizes do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e dos Planos de Curso, que refletem uma proposta de ensino comprometida com a formação de leitores críticos e com o fortalecimento do vínculo entre escola e sociedade.

Figura 05: Entrada da biblioteca da escola Antônio Ferreira Gomes.

Fonte: Acervo pessoal (2024).

Como resultado desse trabalho contínuo, surgiram projetos de leitura cada vez mais participativos, que ultrapassaram os limites da sala de aula e culminaram na produção da obra *Cruzeiro do Sul: a cidade da gente*. Desenvolvido em colaboração entre professores, estudantes e membros da comunidade, o livro representa uma prática pedagógica articulada à leitura, à escrita, à identidade e à cidadania, possibilitando a análise de como a variação linguística se manifesta e é valorizada nas produções da comunidade escolar.

O livro integra a coleção *Cidade da Gente* e tem como objetivo reunir obras que retratam diferentes cidades brasileiras a partir de perspectivas locais. Para compor essa iniciativa, a comunidade da Vila Santa Rosa foi indicada pela ONG Vagalume, com sede em São Paulo, considerando a atuação da Escola Municipal Antônio Ferreira Gomes no incentivo à leitura e à valorização da cultura regional. A coordenação local do projeto ficou sob a responsabilidade do diretor da escola, Sr. Evilásio Silva, que organizou as ações com o apoio de estudantes, professores, demais funcionários da instituição e moradores da comunidade. O processo de produção foi orientado pelos escritores José Santos e Selma Maria, que contribuíram com oficinas de escrita e acompanhamento editorial.

Nesse sentido, Kleiman (2008, p. 12) ressalta que “os projetos de letramento, ao serem desenvolvidos em contextos reais de interação, possibilitam a participação ativa dos sujeitos, promovendo a circulação social da escrita”. A produção do conteúdo ocorreu de forma coletiva e envolveu levantamento de informações históricas, registros orais, entrevistas com moradores antigos, produção de poemas e textos descritivos. Como destaca Chartier (1990), a escrita deve ser entendida como uma prática social, constituída a partir das condições culturais e históricas em que se insere, o que reforça o caráter comunitário da produção da obra.

A obra foi estruturada em nove capítulos e possui 80 páginas. A linguagem utilizada é acessível, voltada principalmente ao público escolar. Os temas abordados incluem elementos

da cultura local, como a fauna, a flora, os rios, a culinária, os patrimônios arquitetônicos, os povos indígenas da região, as escolas e bibliotecas locais, bem como lendas e causos populares transmitidos oralmente ao longo do tempo. Nesse aspecto, Marcuschi (2008, p. 41) afirma que "a oralidade e a escrita não se opõem, mas se complementam em um contínuo de práticas sociais de linguagem", o que reforça a importância de se registrar as narrativas orais da comunidade.

As ilustrações do livro foram produzidas pela artista plástica Nara Isoda. Por meio da técnica de aquarela, a artista representou visualmente os conteúdos apresentados nos textos, buscando retratar elementos culturais, naturais e arquitetônicos mencionados nas produções. A união entre texto e imagem resultou em uma publicação com caráter informativo, descritivo e educativo. O processo de financiamento foi viabilizado por meio do escritório de advocacia Machado Meia, a produção pela Editora Olhares e a realização pela Secretaria Nacional de Cultura, além de outros financiadores. A revisão textual foi realizada pelos escritores José Santos, Selma Maria e pelos participantes da produção, com o propósito de manter a fidelidade aos textos originais e garantir clareza na leitura.

O conteúdo do livro apresenta diferentes gêneros textuais, como relatos, descrições, poemas e entrevistas. Dentre os temas presentes, destacam-se a descrição de pontos turísticos, como o Morro da Glória e a Ponte da União, que são contextualizados por meio de textos que explicam sua importância histórica e social para a população local. Também são descritas práticas cotidianas da comunidade, como o trajeto até a escola, a preparação de receitas típicas e a transmissão oral de narrativas populares.

O livro foi distribuído em instituições educacionais como escolas, bibliotecas e universidades públicas, como a Universidade Federal do Acre (Ufac) e o Instituto Federal do Acre (Ifac), com o objetivo de ampliar o acesso à produção cultural e fomentar o uso do material em atividades educativas. De acordo com Soares (2017, p. 19), "a escola é espaço privilegiado para a circulação da cultura escrita, desempenhando papel essencial na democratização do acesso ao conhecimento".

A produção do livro mobilizou diferentes setores da comunidade escolar e local. A escola Antônio Ferreira Gomes, por meio de seu corpo gestor e docente, desempenhou papel central na coordenação das etapas de coleta, organização e escrita dos textos. A participação dos estudantes foi decisiva, especialmente no registro de informações sobre o cotidiano da vila, nas entrevistas com moradores e na criação de poemas e descrições. Segundo Freire (1996, p. 68), "ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo", o que confirma a relevância da dimensão coletiva do processo educativo vivido na produção da obra.

O processo de escrita seguiu uma metodologia colaborativa, envolvendo a escuta de memórias, a transcrição de relatos orais e a transformação de informações em material escrito. A orientação dos escritores convidados auxiliou na estruturação final do conteúdo, permitindo a organização dos textos em capítulos temáticos. As oficinas de escrita, promovidas durante o desenvolvimento do projeto, tiveram como foco a valorização da experiência dos participantes e o incentivo à escrita autoral.

A transição para a próxima parte deste estudo se apoia nas observações feitas ao longo da análise do livro. O conteúdo da obra apresenta, em diversos trechos, marcas linguísticas que refletem o modo de falar dos moradores da região. Isso pode ser observado, por exemplo, em expressões regionais utilizadas nos relatos, nas formas de organização sintática dos poemas e nas falas transcritas nas entrevistas. Esses elementos remetem à variedade da língua portuguesa usada cotidianamente pelos participantes do projeto e reforçam a existência de diferentes formas legítimas de uso da linguagem.

Dessa forma, o livro *Cruzeiro do Sul: a cidade da gente* apresentou elementos relacionados à cultura, à história e às manifestações linguísticas da comunidade da Vila Santa Rosa. O material evidenciou registros de memórias, práticas sociais e formas de expressão que compõem a diversidade cultural e linguística do município de Cruzeiro do Sul, Acre. A sistematização dessas informações possibilitou a organização do *corpus* utilizado nesta pesquisa.

Na sequência, será apresentada a metodologia da pesquisa, que descreve os procedimentos adotados e a utilização desses três eixos como referência para a análise desenvolvida no estudo. A partir da descrição desse processo, torna-se possível realizar uma análise detalhada da obra, observando como as marcas de oralidade, as expressões regionais e as formas de fala do povo cruzeirense foram representadas no livro.

Durante o percurso, alguns desafios se apresentaram. Um deles foi a distância geográfica entre a pesquisadora e a escola, localizada em área rural. Essa condição poderia dificultar o acesso contínuo aos documentos e informações. No entanto, a dificuldade foi superada por meio de estratégias de comunicação remota e pela colaboração da equipe pedagógica, que enviou digitalmente os materiais e forneceu esclarecimentos adicionais sempre que necessário. Essa postura colaborativa da instituição foi fundamental para viabilizar o estudo. O processo de coleta, organização, análise e redação foi conduzido ao longo de dois anos, obedecendo a um cronograma estabelecido previamente, o que assegurou o planejamento das etapas e a consistência do trabalho desenvolvido.

A análise dos dados foi orientada pelos referenciais da Sociolinguística, sobretudo pelos estudos de Bagno (2014), que discute a legitimidade das variedades linguísticas no contexto educacional, e Bortoni-Ricardo (2004), que enfatizam a importância de considerar as práticas de linguagem dos alunos em sala de aula. Esses autores contribuíram para que a interpretação dos documentos fosse realizada de modo a reconhecer a língua em sua heterogeneidade e em suas múltiplas formas de uso, evitando a visão prescritiva restrita à norma culta.

Dessa forma, a metodologia adotada permitiu uma investigação detalhada sobre o ensino da variação linguística em uma escola rural, ressaltando a importância de compreender como os documentos institucionais e materiais produzidos pela escola se articulam ao currículo e às práticas pedagógicas. O percurso metodológico empreendido assegurou não apenas a descrição dos dados, mas também uma análise crítica e fundamentada, capaz de evidenciar o papel da Língua Portuguesa na valorização das identidades linguísticas e culturais dos estudantes.

A partir desse percurso metodológico, torna-se possível avançar para a análise dos resultados obtidos, buscando compreender de que modo as diretrizes apresentadas nos documentos institucionais e as práticas pedagógicas efetivamente se materializam no cotidiano escolar. O próximo capítulo apresenta a análise dos dados da pesquisa, estruturada a partir dos objetivos propostos, com foco na abordagem da variação linguística no ensino da Língua Portuguesa na Escola Municipal Antônio Ferreira Gomes e nas contribuições da obra *Cruzeiro do Sul: a cidade da gente* para a valorização da linguagem e da identidade cultural da comunidade escolar.

3 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo apresenta a análise dos materiais utilizados na pesquisa, voltada ao estudo do ensino da Língua Portuguesa na Escola Municipal Antônio Ferreira Gomes, com foco na variação linguística e no contexto educacional local. A investigação parte da análise de documentos normativos, especialmente os planos de curso do 6º e 9º anos, e da obra *Cruzeiro do Sul: a cidade da gente*, produzida pela própria comunidade escolar. A abordagem busca compreender de que modo o ensino da língua portuguesa contempla a diversidade linguística e como essa temática se articula às práticas pedagógicas desenvolvidas na instituição.

A pesquisa tem como objetivo analisar o ensino da Língua Portuguesa na escola a partir do tratamento dado à variação linguística, observando como o tema é abordado nos documentos que orientam o trabalho pedagógico e de que forma se manifesta na produção textual da comunidade escolar. Nesse sentido, procura-se compreender o alinhamento entre as orientações da BNCC e a realidade educacional da escola, identificando as práticas que valorizam as diferentes formas de falar e escrever como parte da identidade linguística e cultural local.

A análise dos documentos orientadores permite identificar a organização do ensino de Língua Portuguesa e o modo como o conteúdo de variação linguística é distribuído e trabalhado ao longo do ano letivo. O exame dos Planos de Curso contempla a descrição dos objetos de conhecimento, das habilidades e das competências relacionadas à diversidade linguística, bem como as metodologias previstas e os recursos utilizados. Essa etapa possibilita observar como as orientações da BNCC se concretizam nas práticas pedagógicas da escola e como os professores buscam adequar o ensino às características dos estudantes.

Em seguida, a obra *Cruzeiro do Sul: a cidade da gente* é analisada a partir de uma perspectiva linguística e cultural. O livro, produzido por professores, alunos e moradores da comunidade, reúne textos que retratam a história, a cultura e o modo de vida da população local, evidenciando elementos da oralidade e da linguagem regional. A análise considera as marcas linguísticas presentes nas produções, como expressões típicas, registros de fala e vocabulário próprio da região, verificando de que forma essas escolhas refletem o contexto sociocultural e contribuem para a valorização da identidade local.

A articulação entre os documentos normativos e a produção literária escolar permite compreender o diálogo entre teoria e prática, entre o que é previsto no planejamento pedagógico e o que se realiza no cotidiano da escola. Essa relação evidencia a importância de um ensino de Língua Portuguesa que reconheça a diversidade linguística como parte constitutiva da formação dos alunos, promovendo o respeito às diferentes formas de expressão e fortalecendo o vínculo

entre língua, cultura e identidade. Assim, esta análise busca demonstrar que o estudo da variação linguística pode ser um instrumento de inclusão e valorização cultural, quando associado a práticas pedagógicas contextualizadas e significativas.

3.1 Planos de Curso do 6º e 9º ano e o estudo da variação linguística

Ao examinar os Planos de Curso (PC) da Escola Municipal Antônio Ferreira Gomes, destaca-se uma prática de alinhamento com o plano de curso estabelecido pelo Estado. O plano de curso constitui um instrumento de planejamento que organiza o trabalho pedagógico em todos os componentes curriculares e anos/séries. Nesse documento, os objetos de conhecimento são distribuídos por bimestre e associados a habilidades específicas a serem desenvolvidas pelos discentes. Essas habilidades são estruturadas a partir de competências gerais, que orientam o processo formativo. Conforme Brasil (2017), competência corresponde à capacidade de mobilizar conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para enfrentar situações cotidianas, exercer a cidadania e atuar no mundo do trabalho.

O PC inicia-se com a definição de objetivos e capacidades, delineando as competências amplas que os alunos devem desenvolver ao longo da disciplina. Esses objetivos representam a visão educacional da instituição, orientando todo o processo educativo. Em seguida, são explicitados os conteúdos a serem abordados, incluindo conhecimentos e habilidades a serem ensinados aos alunos. Esses conteúdos são selecionados com base nos objetivos estabelecidos, com o intuito de garantir uma progressão coerente ao longo do ano. Em seguida tem-se os recursos, que correspondem aos materiais necessários nas aulas.

São delineadas as formas de avaliação, que destacam os métodos e instrumentos utilizados para avaliar o progresso dos alunos, onde a avaliação programada condiz com os objetivos e conteúdo da disciplina. A disciplina de língua portuguesa possui uma carga horária bimestral de 40 horas/aulas, e anual de 160 horas/aulas, está dividido por ano/série e bimestre.

Isto posto, analisaremos os planos de curso de acordo com a estrutura proposta, por ano/série, no que tange o ensino do conteúdo variação linguística na disciplina de língua portuguesa na escola em questão. Utilizamos como princípios norteadores as orientações estabelecidas pela BNCC acerca do conteúdo supracitado, levando em consideração o contexto regional no qual a comunidade escolar está inserida.

Dessa maneira, apresentamos a seguir as quatro competências previstas para o ensino de língua portuguesa nas turmas de 6º ao 9º anos, ao longo do ano letivo. Destacamos que essas

competências são comuns para todos os anos, o diferencial está na escolha das habilidades e no objeto de conhecimento. Nesse sentido, iremos analisá-las a fim de compreender como o ensino da variação linguística é pensado neste documento.

Quadro 1: Competências dos planos de curso da Escola Antônio Ferreira Gomes.

*C1 – Utilizar a linguagem oral de forma adequada, em diferentes situações comunicativas, respeitando os diferentes modos de falar.
*C2 – Ler, de modo autônomo e voluntário, textos correspondentes aos diversos gêneros previstos para o ano e desenvolver procedimentos adequados de estudo, considerando as especificidades de cada gênero.
*C3 – Utilizar, com propriedade, os conhecimentos sobre padrões da escrita sistematizados em situações de análise linguística.
*C4 – Produzir e revisar, de modo autônomo, textos correspondentes aos diversos gêneros previstos para o ano, ajustados a diferentes situações comunicativas, bem como textos de apoio à fala planejada adequados às necessidades de estudo, buscando qualidade no conteúdo e na forma – em relação à coerência, coesão e aos padrões normativos da língua.

Fonte: Planos de curso do 6º e 9º ano da escola Antônio Ferreira Gomes, p. 60-80.

Na competência C1, a proposta do plano de curso apresenta atividades destinadas a desenvolver a habilidade de expressão oral dos alunos em diversos contextos, como o jornalístico, público, de estudo e pesquisa, e artístico-literário. Essas atividades, alinhadas com os princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), têm como objetivo principal promover não apenas o domínio da linguagem oral, mas também a compreensão e o respeito à variedade linguística presente na sociedade.

A BNCC estabelece como uma de suas competências gerais a valorização da diversidade cultural e linguística. Nesse sentido, as atividades propostas no plano de curso contribuem para que os alunos vivenciem e compreendam a diversidade linguística, ao serem expostos a diferentes registros e variedades da língua em situações comunicativas reais. A BNCC afirma que:

> Cabem também reflexões sobre os fenômenos da mudança linguística e da variação linguística, inerentes a qualquer sistema linguístico, e que podem ser observados em quaisquer níveis de análise. Em especial, as variedades linguísticas devem ser objetos de reflexão e o valor social atribuído às variedades de prestígio e às variedades estigmatizadas, que está relacionado a preconceitos sociais, deve ser tematizado. Esses conhecimentos linguísticos operam em todos os campos/esferas de atuação. (Brasil, 2017, p. 81)

A citação destaca a importância de refletir sobre a variação linguística e seus impactos sociais, utilizando atividades práticas, como a análise de textos e a produção oral, para promover essa compreensão entre os alunos. Ao analisar textos não verbais, como charges e fotografias, e ao produzir textos orais, como entrevistas e debates, os alunos têm a oportunidade de observar como a linguagem varia de acordo com o contexto de uso e os interlocutores

envolvidos. Além disso, ao discutir temas relevantes para a sociedade, como questões sociais e culturais, os alunos podem refletir sobre como a variação linguística está intrinsecamente ligada às questões de identidade, poder e inclusão social.

Portanto, as atividades propostas pela competência C1 do PC estão voltadas tanto para o desenvolvimento das habilidades comunicativas dos alunos quanto para a promoção de uma educação linguística alinhada aos princípios e diretrizes estabelecidos pela BNCC.

Também é perceptível que dentro das quatro competências, a C1 é a que dá mais espaço para o trabalho com a variação linguística, e que dentro dos quatro bimestres do 6º e 9º ano, o conteúdo variação linguística é exposto e mais explorado no 1º bimestre. A competência C1, "Utilizar a linguagem oral de forma adequada, em diferentes situações comunicativas, respeitando os diferentes modos de falar", fundamenta-se no desenvolvimento dos alunos, com o intuito de promover a compreensão e a valorização da diversidade linguística em contextos reais.

Marcuschi (1997) destaca a diversidade da língua falada, questionando a ideia de um dialeto padrão uniforme e ressaltando a importância da abordagem da variação linguística no ensino:

> [...] a língua falada é variada e que a noção de um dialeto padrão uniforme (não apenas no Português, mas em qualquer língua) é uma noção teórica e não tem um equivalente empírico. Assim, entre muitas outras coisas, a abordagem da fala permite entrar em questões geralmente evitadas no estudo da língua, tais como as de variação e mudança, dois pontos de extrema relevância raramente vistos. Noções como: "norma", "padrão", "dialeto", "variante", "sotaque", "registro", "estilo", "gíria" podem tornar-se centrais no ensino de língua e ajudar a formar a consciência de que a língua não é homogênea nem monolítica. (Marcuschi, 1997, p. 41)

Essa perspectiva contribui para a compreensão de que a língua está em constante transformação, refletindo aspectos sociais, culturais e históricos. Dessa forma, considerar a variação linguística no ensino ajuda a promover uma visão mais dinâmica e inclusiva da linguagem. O campo jornalístico-midiático, mencionado na competência C1, abrange a identificação e o reconhecimento das diferentes formas de linguagem, incluindo o texto verbal (oral ou escrito), o não verbal e o multissemiótico. Esse campo oferece um ambiente rico para os alunos explorarem como a linguagem varia de acordo com o contexto e os interlocutores. A exposição dos alunos a diversas situações comunicativas pode leva-los a observar e praticar a adaptação de sua fala a diferentes graus de formalidade e a variadas situações comunicativas.

Também vemos que a competência C1 enfatiza a importância da adequação da fala ao objetivo, ao contexto comunicativo e aos interlocutores. Os alunos são incentivados a compreender a fala, levando em conta as reações dos interlocutores e a adequação de uso, nos aspectos lexicais, fonológicos, morfossintáticos e semânticos para uma fala mais formal quando

necessária. Neste aspecto introdutório do PC, a C1 não apenas valoriza a variação linguística, mas também prepara os alunos para interagir em diversas situações comunicativas, promovendo uma compreensão mais profunda da relação entre linguagem, identidade e sociedade.

A competência C1 ainda aborda o objeto de conhecimento variação linguística, em que destaca a importância de reunir informações sobre as variações na linguagem que caracterizam as diferentes regiões do Brasil, reconhecendo o valor que essas variações têm para os respectivos grupos sociais. Isso evidencia a riqueza da diversidade linguística do país e sua relevância na construção da identidade cultural das comunidades.

Já no campo artístico-literário, o plano de curso propõe atividades que envolvem a representação de cenas ou textos dramáticos. Os alunos devem considerar os aspectos linguísticos e paralinguísticos da fala, como timbre e tom de voz, pausas e hesitações, entonação e expressividade, bem como as variedades e registros linguísticos. Essas atividades também incluem a caracterização dos personagens através de gestos e deslocamentos no espaço cênico, e a elaboração de rubricas indicadas pelo autor utilizando cenários, trilhas sonoras e modos de interpretação.

A leitura em voz alta de textos literários diversos é outra atividade proposta, abrangendo poemas, contos de amor, de humor, de suspense, de terror, crônicas líricas, humorísticas e críticas. Os alunos também são incentivados a realizar leituras orais capituladas, compartilhadas ou não com o professor, de livros mais extensos, como romances, narrativas de enigma, narrativas de aventura e literatura infanto-juvenil. Além disso, há a proposta de contar e recontar histórias da tradição oral e literária escrita, expressando a compreensão e interpretação do texto por meio de uma leitura ou fala expressiva e fluente, que respeite o ritmo, as pausas e as entonações indicadas pela pontuação e outros recursos gráfico-editoriais.

Essas atividades, delineadas em plano de curso, não somente enriquecem o conhecimento linguístico dos alunos, mas também fortalecem sua capacidade de adaptação linguística em diferentes contextos e situações comunicativas. Ao explorar as variações linguísticas e os registros de linguagem através de estudos e produções artísticas, os alunos desenvolvem uma compreensão mais profunda e crítica da diversidade cultural e linguística, promovendo assim uma educação inclusiva e abrangente.

A variação linguística está presente nas diversas formas de falar, e dependendo do contexto também a percebemos na escrita. Ela encontra-se nos diferentes contextos sociais, culturais e regionais e desempenha um papel crucial na construção de competências comunicativas dos estudantes. Ainda de acordo com o campo jornalístico-midiático, essa variação se manifesta de diversas maneiras, influenciando tanto a produção quanto a recepção

dos textos. Por exemplo, ao selecionar o gênero e suporte mais adequados para uma determinada intenção comunicativa, os alunos precisam considerar não só as normas linguísticas formais, mas também as características linguísticas mais comuns em determinados grupos sociais ou contextos de uso. Essa consciência da variação linguística permite uma maior adequação do texto ao público-alvo e à situação comunicativa, contribuindo para o desenvolvimento da competência comunicativa prevista pela BNCC.

Para tanto, no plano de curso das turmas do 6º e 9º anos, no campo artístico-literário as competências C1 e C2 apresentam a variação linguística como um mecanismo que exerce um papel significativo na interpretação e produção de textos literários. Através da análise de diferentes registros linguísticos presentes em obras literárias, os alunos são instigados a compreender as múltiplas formas de expressão da língua e sua relação com aspectos sociais, culturais e históricos. Por exemplo, ao reconhecer as variações linguísticas utilizadas por diferentes personagens em um romance ou peça teatral, os estudantes são incentivados a refletir sobre as representações de identidades sociais e culturais presentes na obra, contribuindo para o desenvolvimento da competência de compreensão e interpretação textual proposta pela BNCC.

Portanto, ao analisar a influência da variação linguística nos campos jornalístico-midiático e artístico-literário à luz da BNCC, podemos compreender como essa diversidade linguística contribui para a formação de competências essenciais nos estudantes, permitindo uma maior compreensão e interação com os diferentes discursos presentes na sociedade contemporânea. A valorização e o estudo da variação linguística não apenas enriquecem o processo educacional, mas também promovem uma visão mais inclusiva e respeitosa da diversidade linguística e cultural do nosso país.

Com base nesse delineamento metodológico, passamos à análise dos planos de curso dos 6º e 9º anos do Ensino Fundamental da Antônio Ferreira Gomes, buscando compreender como a variação linguística é abordada nos documentos pedagógicos da escola e de que forma essa abordagem se articula com as orientações da BNCC.

Nos planos de curso analisados, referentes aos 6º e 9º anos do Ensino Fundamental, a variação linguística aparece como conteúdo na disciplina de língua portuguesa. No 6º ano, o enfoque está na observação das formas diversas de falar e escrever, em função dos contextos comunicativos e dos interlocutores. Já no 9º ano, o estudo é ampliado para contemplar variações regionais, sociais e históricas da língua. Como ressalta Bagno (2007, p. 24), “a língua portuguesa não é uma só, mas múltipla, viva e em constante transformação, marcada pela

diversidade social e cultural de seus falantes". Essa perspectiva garante que os estudantes compreendam a língua em seu dinamismo e complexidade.

As metodologias sugeridas nos planos incluem aulas expositivas, rodas de conversa, interpretação de textos, produções escritas e o uso de recursos audiovisuais. Tais propostas estão em consonância com o PPP, que orienta a escola para práticas contextualizadas e voltadas ao fortalecimento da identidade dos alunos. Para Veiga (2001, p. 12), "o projeto político-pedagógico é o instrumento que define as diretrizes da prática educativa, considerando o contexto social e cultural da comunidade em que a escola está inserida". Desse modo, a inclusão da variação linguística no plano de curso traduz a intenção da escola em promover uma educação significativa, que valorize a realidade local e dialogue com a diversidade linguística presente no cotidiano dos estudantes.

Além da organização pedagógica e da definição de conteúdo, o plano de curso desempenha uma função formativa, pois possibilita que professores planejem intencionalmente práticas que dialoguem com o contexto dos estudantes. Perrenoud (1999, p. 23) destaca que "ensinar exige preparar situações didáticas que favoreçam a construção do conhecimento". Nesse sentido, o planejamento não se resume a uma sequência de atividades, mas deve ser visto como um processo dinâmico, constantemente revisado em função das necessidades e dificuldades observadas na sala de aula.

Na escola Antônio Ferreira Gomes, essa flexibilidade se mostra necessária devido às condições socioeconômicas das famílias e às dificuldades de acesso, já que parte dos estudantes vem de ramais da zona rural. Assim, a elaboração dos planos de curso precisa considerar que muitos alunos enfrentam desafios como falta de materiais didáticos, dificuldade de acesso à internet e limitações de transporte. Como observa Caldart (2004, p. 59), "a escola do campo precisa responder às condições concretas de vida dos sujeitos que dela participam, reconhecendo seus saberes, culturas e modos de vida".

Dessa forma, os planos de curso da instituição, além de seguirem as diretrizes da BNCC, integram orientações do PPP, que incentiva a participação da família e da comunidade. Isso é coerente com a perspectiva de Gadotti (2000, p. 84), segundo a qual "o projeto pedagógico deve ser entendido como a expressão da identidade da escola, construída coletivamente". O plano de curso, ao traduzir o PPP em ações específicas por disciplina, garante que a identidade da escola esteja refletida nas práticas cotidianas.

Outro aspecto é a forma como os planos de curso organizam as metodologias. O ensino de Língua Portuguesa, por exemplo, não se restringe a exercícios gramaticais, mas busca contemplar práticas de leitura, oralidade, escrita e análise linguística em conexão com a

realidade dos estudantes. Kleiman (1995, p. 19) ressalta que “a leitura é uma prática social que envolve muito mais do que a simples decodificação; ela se constitui em um processo de construção de sentidos”. Assim, a presença da variação linguística nos planos de curso amplia as possibilidades de leitura e produção textual, permitindo que os alunos reconheçam e valorizem as formas de linguagem que circulam em sua comunidade.

Desta forma, observa-se que os planos de curso não são documentos estáticos. Eles podem e devem ser constantemente atualizados, conforme as demandas dos alunos e as transformações no cenário educacional. Para Sacristán (2000, p. 98), “o currículo se constrói na prática, no fazer pedagógico, e não apenas no documento formal”. Os planos elaborados pela escola investigada devem ser vistos como guias flexíveis, abertos ao diálogo entre teoria e prática, entre prescrição e realidade vivida.

Nesse contexto, a experiência da Escola Antônio Ferreira Gomes em articular os planos de curso ao PPP e à BNCC demonstra um esforço em alinhar teoria e prática, garantindo que o ensino seja ao mesmo tempo normatizado pelas diretrizes nacionais e sensível às especificidades da comunidade em que está inserido. Esse alinhamento fortalece o papel social da escola, promovendo uma educação que reconhece a diversidade, valoriza os saberes locais e busca formar cidadãos críticos e participativos.

Esses planos compõem o material documental da pesquisa e serão utilizados como referência para o desenvolvimento das próximas etapas do estudo. Sua elaboração cuidadosa e detalhada garante um ambiente educacional eficaz e significativo, onde os objetivos das disciplinas são alcançados de maneira consistente e satisfatória. Portanto, é essencial que as instituições escolares e professores dediquem tempo e atenção ao desenvolvimento de planos de curso eficazes, visando proporcionar uma experiência educacional enriquecedora para seus alunos.

3.2 “Cruzeiro do Sul: a cidade da gente”

A transição para a próxima parte deste estudo se apoia nas observações feitas ao longo da análise do livro *Cruzeiro do Sul: a cidade da gente*. O conteúdo da obra apresenta, em diversos trechos, marcas linguísticas que refletem o modo de falar dos moradores da região. Isso pode ser observado, por exemplo, em expressões regionais utilizadas nos relatos, nas formas de organização sintática dos poemas e nas falas transcritas nas entrevistas. Esses

elementos remetem à variedade da língua portuguesa usada cotidianamente pelos participantes do projeto e reforçam a existência de diferentes formas legítimas de uso da linguagem.

Dessa maneira, o livro *Cruzeiro do Sul: a cidade da gente* apresentou elementos relacionados à cultura, à história e às manifestações linguísticas da comunidade da Vila Santa Rosa. O material evidenciou registros de memórias, práticas sociais e formas de expressão que compõem a diversidade cultural e linguística do município de Cruzeiro do Sul, Acre. A sistematização dessas informações possibilitou a organização do *corpus* utilizado nesta pesquisa.

A análise linguística da obra *Cruzeiro do Sul: a cidade da gente* propõe examinar os aspectos da linguagem presentes nas histórias, especialmente no que diz respeito à variação linguística e à valorização da linguagem regional. A obra, com sua abordagem sobre a história, as lendas, a cultura e os patrimônios de Cruzeiro do Sul, é um reflexo da realidade sociocultural da cidade e, por meio da escolha de sua linguagem, oferece uma representação fiel e respeitosa das diferentes formas de expressão do povo acreano. A partir dessa perspectiva é possível observar como o livro não só preserva, mas também celebra a diversidade linguística da região.

A primeira característica que chama atenção na análise do livro é o uso da linguagem regional. A obra faz uso de termos, expressões e vocabulários que são parte do cotidiano da população de Cruzeiro do Sul e de outras partes do Acre. Ao longo do texto, o leitor se depara com palavras e expressões típicas da região, como “beiju”, “charque”, “pirarucu”, “farofa” e “cangati”, além de nomes de rios e espécies de peixes locais. Esses elementos lexicais não são apenas decorativos, mas cumprem um papel crucial na construção da identidade cultural da cidade. A presença desses termos na obra não só enriquece o conteúdo da narrativa, como também reforça a conexão com a realidade local, permitindo que os leitores reconheçam o ambiente descrito e se sintam parte dele.

Outro ponto importante da análise é a respeitabilidade à variação linguística. A obra se posiciona com um certo distanciamento da norma culta do português e se aproxima de uma linguagem mais informal e espontânea, própria da oralidade e das tradições locais. O trecho “Açaí” reflete um diálogo simples com palavras específicas do cotidiano Cruzeirense.

> O **açaizeiro** é fácil de ser encontrado no Acre. E só de **pensar numa cumbuca** de açaí, já dá água na boca. Esse **filho do norte** ficou conhecido em todo país, com seus sucos, geleias, doces e sorvetes. Mas também pode acompanhar um prato de carne de sol e **macaxeira** e dá certo.
> E tem mais: o açaí é estimulante, previne o envelhecimento, fortalece o sistema imunológico, melhora o funcionamento do coração, combate a anemia, dá energia. E ainda ajuda a emagrecer. Ele é um superalimento que faz muito bem à saúde, além de ser uma delícia. (Santo, 2020, p. 19, grifos nossos)

Os autores apresentaram as formas populares de fala em muitos termos e expressões sem o uso de padronização, ao contrário de muitos textos literários que buscam minimizar ou apagar as particularidades regionais em favor de uma linguagem homogênea. *Cruzeiro do Sul: a cidade da gente* respeita as variações do português falado na região e as apresenta de forma autêntica e sem juízos de valor à intenção do que se quer apresentar. Claro que no decorrer do texto também vemos característica linguísticas tanto dos autores José Santos e Selma Maria quanto dos escritores locais, trazendo dessas falas não somente uma linguagem presente no Acre, mas também de outras regiões do Brasil.

Frases como “depois de dividir um pouco que tinham com os colegas” (Santos, 2020, p. 69) são exemplos claros de como a obra reflete uma fala popular, sem preocupação e intenção de adulteração, promovendo uma visão de que essa forma de linguagem é igualmente digna de ser registrada e valorizada.

O livro ainda valoriza a linguagem regional como um instrumento de preservação e fortalecimento da identidade cultural de Cruzeiro do Sul. Ao retratar a cidade com suas peculiaridades linguísticas, a obra além de registrar uma forma de falar, também coloca em evidência um modo de viver, de pensar e de se relacionar com o espaço. Neste trecho do livro vemos o passado e o presente da história cruzeirense, representando em um dos bairros mais antigos da cidade um referencial turístico e arquitetônico, apresentado através de uma linguagem simples e rica em detalhes.

> Do centro da cidade, já podemos avistar este famoso bairro. Quem ficar em pé, ao lado da catedral, verá uma ladeira comprida. E, se tiver fôlego para subir todos os 120 degraus, logo será recompensado. Vai ver a cidade do alto, os prédios, as casas tão pequeninas que parecem brinquedo. E o largo rio Juruá, com seus barquinhos indo pra lá e pra cá. Uma paisagem sem igual na Amazônia.
> Quem andar por suas ruas irá encontrar a arquitetura e a história de mãos dadas. A primeira igreja da cidade, a de Nossa Senhora da Glória, que deu nome ao bairro, foi construída aqui. Além disso, temos duas das escolas mais antigas de Cruzeiro do Sul: Santa Terezinha e São José. E uma outra, de música e dança. Sabem qual é? A escola de Samba Unidos do Morro da Glória! (Santo, 2020, p. 57)

A linguagem torna-se, assim, um vetor de preservação cultural, que carrega com ela as memórias, as histórias e as vivências dos habitantes locais. Isso é especialmente significativo em um contexto de globalização, em que muitas vezes as identidades locais são obscurecidas por modelos culturais e linguísticos. Ao dar voz ao sotaque, ao vocabulário e à gramática próprios da região, a obra reafirma a importância da diversidade linguística como um patrimônio a ser valorizado e preservado. Podemos observar tal valorização no trecho em que fala da mandioca e da famosa farinha de Cruzeiro do sul, o qual evidencia em poucas linhas a cultura, culinária e linguagem:

> Não podemos deixar de falar da mandioca, essa rainha da terra. E de sua farinha, que é um dos principais produtos agrícolas do Acre, com seu plantio e produção toda na base da agricultura familiar. Os alunos do 5º foram visitar uma pessoa que sabe tudo do assunto. E lá no Sebrae, onde ela trabalha, a analista Muriely Nobrega teve uma conversa gostosa com a criançada.
> Ela contou como a farinha de mandioca é importante para a cidade. Essa farinha especial, com um sabor levemente adocicado, é a mais apreciada de todas! Grossa, peneirada, com coco ou castanha, amarelinha, branca, crocante ou fina, a farinha é também a melhor amiga do açaí, assim como do pirão e da caldeirada.
> Produzida nas populares "Casas de Farinha", um processo chamado de "farinhada", ela é feita de maneira tradicional pelas famílias do Vale do Juruá há mais de 100 anos. (Santos, 2020, p. 50-51)

A obra também cumpre um papel fundamental ao utilizar a linguagem popular não de forma estigmatizada, mas com uma profunda valorização. Isso é notável nas histórias que são contadas, como a vida no campo e nas aldeias, o cotidiano de famílias em comunidades rurais, as festas típicas e os rituais religiosos. Ao longo dessas narrativas, a linguagem falada pelos personagens é a de quem vive o chão da cidade, o dia a dia da agricultura, da pesca, da educação e da convivência comunitária. A escolha de manter essas características linguísticas tão presentes na obra ajuda a criar um vínculo entre o leitor e a realidade retratada, o que favorece uma identificação mais direta com os acontecimentos e com as personagens descritas.

O uso da linguagem regional também se estende ao próprio ritmo da narrativa; o exemplo de Santos (2020, p. 23), "Para tosse. Soque as folhas e tire o sumo, coloque em uma colher pequena com um pouco de sal e tome antes de dormir", mostra uma receita muito utilizada na região para curar a gripe. As histórias de vida, as experiências de personagens e as lendas locais são todas contadas em uma cadência que imita a oralidade, o que confere à obra um tom afetuoso e acolhedor, como se fosse um relato compartilhado entre amigos ou familiares. Esse tom, criado pela linguagem, facilita a aproximação do leitor com a história e o faz sentir-se parte daquele ambiente, imerso na cultura e no cotidiano da cidade de Cruzeiro do Sul.

A obra também se destaca por sua contribuição ao fortalecimento da identidade cultural de Cruzeiro do Sul ao mostrar a língua local como um reflexo de orgulho cultural e poder identitário, bem como preconiza a BNCC em seu texto ao assegurar que "é relevante no espaço escolar conhecer e valorizar as realidades nacionais e internacionais da diversidade linguística e analisar diferentes situações e atitudes humanas implicadas nos usos linguísticos, como o preconceito linguístico" (Brasil, 2018, p. 70).

O uso da fala regional não é o centro da narrativa, mas uma alternativa acolhedora que abrange de maneira identitária a ideia da história e cultura que envolve a cidade de Cruzeiro do Sul, e que é abraçada como uma forma de preservar a história e as tradições da cidade. Nesse

sentido, o livro se torna um veículo de resistência cultural, pois ao valorizar a linguagem local afirma a importância de preservar e divulgar as identidades regionais, o que é essencial em tempos de crescente homogeneização cultural.

A obra destaca-se por sua influência educativa ao demonstrar como a linguagem regional pode ser uma ferramenta pedagógica eficaz. Por meio de uma linguagem acessível e conectada ao leitor, especialmente às crianças e jovens, ela promove a valorização da diversidade linguística e cultural das diferentes regiões do Brasil, incentivando o respeito pelas diversas formas de falar. Nesse sentido, conforme Cyranka e Scafutto (2011), o estudo da língua deve priorizar a reflexão sobre os diferentes usos que os falantes fazem dela, reconhecendo que a heterogeneidade é uma característica intrínseca de qualquer língua. A variação e a mudança são expressões da linguagem enquanto patrimônio comum, manifestações legítimas da natureza humana que não devem ser desconsideradas ou desvalorizadas.

Em síntese, a análise linguística do livro *Cruzeiro do Sul: a cidade da gente* revela que a obra não apenas reflete a realidade local em sua linguagem, mas também promove uma valorização da fala regional como um patrimônio digno de respeito e preservação. A obra, ao empregar a variação linguística característica da região, proporciona uma representação genuína da cidade de Cruzeiro do Sul, enfatizando sua identidade cultural e enriquecendo o repertório linguístico de seus leitores. Ao respeitar e valorizar a diversidade linguística local, o livro se torna um importante veículo de preservação cultural, oferecendo uma rica contribuição à literatura regional e ao entendimento da importância de manter viva a linguagem como patrimônio imaterial.

A linguagem popular utilizada ao longo do texto cria uma atmosfera que torna a leitura mais fluida e acessível, especialmente para um público jovem ou para aqueles que vivem em contextos mais distantes dos grandes centros urbanos, onde a norma culta do português muitas vezes é vista como um modelo impositivo e distante. No caso da obra, a oralidade e as expressões locais atuam como pontes culturais, proporcionando aos leitores uma experiência imersiva que conecta passado e presente, tradição e modernidade, sem desconsiderar a riqueza da vivência diária.

O uso da linguagem regional também cumpre uma função pedagógica importante ao refletir a história oral das comunidades. Marcuschi (2003) reforça a ideia de que a língua é fundamentada por seus usos, e não o contrário. Para ele, falar ou escrever bem não se resume a seguir as regras gramaticais, mas a utilizar a língua de forma adequada para alcançar o efeito de sentido desejado em uma situação específica. Essa intenção comunicativa mencionada materializa-se na obra analisada por meio de recursos que tentam transpor a oralidade pra o

papel. A variação linguística regional é percebida não apenas no léxico, mas na própria estrutura textual: o uso de pontuação expressiva (como exclamações e reticências) e a representação de fenômenos fonéticos – como a síncope ou a apócope – auxiliam na construção de um ritmo de fala que é próprio do habitante de Cruzeiro do Sul. Assim, o livro não apenas narra a história, mas permite que o leitor escute a voz das comunidades rurais, transformando variações fonológicas em marcas de identidade e pertencimento.

A oralidade, como elemento formador da cultura local, é preservada de várias formas, uma delas é através da transmissão de histórias e memórias familiares, e por meio da valorização dos elementos lexicais e fonológicos que caracterizam a fala dos habitantes de Cruzeiro do Sul. Ao empregar essas características linguísticas, o livro age como um documento vivo, que não só narra fatos históricos, mas também retrata a maneira como as pessoas de uma região se expressam, compartilham experiências e preservam sua identidade cultural.

Ao mesmo tempo, a obra nos faz refletir sobre a dinâmica da linguagem no contexto educacional. Muitos dos termos usados no livro são de fácil compreensão, até mesmo para crianças que estão no início da alfabetização, o que facilita a inclusão linguística. Essa característica é fundamental para as escolas da região, que podem usar a obra como ferramenta pedagógica, não apenas para o ensino de história ou cultura local, mas também para o desenvolvimento linguístico dos alunos. A identificação com o vocabulário e as expressões do cotidiano pode ser um ponto de encantamento e engajamento, pois a obra apresenta a língua como um campo de aprendizagem onde as variações não são vistas como erros ou falhas, mas como formas legítimas de comunicação que merecem ser respeitadas e entendidas.

Além disso, ao empregar a linguagem coloquial, a obra rompe com a ideia de que o ensino deve ser centrado exclusivamente na norma culta da língua. No contexto das escolas de Cruzeiro do Sul, distantes dos grandes centros culturais, o livro oferece uma alternativa pedagógica ao mostrar que o uso da língua em sua forma mais autêntica pode ser uma excelente ferramenta de ensino. Paulo Freire (1987) defende a valorização do contexto sociocultural do aluno, argumentando que a educação deve partir da realidade e da linguagem dos aprendizes para construir conhecimento. O livro ensina aos leitores que a linguagem é fluida, variável e, mais importante, que ela é um reflexo direto da identidade e da cultura. Ao oferecer uma representação realista da fala local, a obra destaca o valor de ser autêntico, tanto na linguagem quanto nas relações sociais e culturais.

Por outro lado, a obra também abre espaço para a reflexão sobre o papel da literatura na preservação cultural. Ao abordar temas relacionados aos patrimônios imaterial e material de Cruzeiro do Sul, a obra cumpre um papel de guardiã da memória local, preservando não apenas

as histórias das pessoas, mas também as formas de falar, as tradições orais e as expressões culturais da região. Nesse sentido, a linguagem se torna um veículo de preservação histórica, que permite que as gerações futuras compreendam não apenas os fatos, mas também os sentimentos, as nuances e as particularidades de uma época e de um lugar.

A obra *Cruzeiro do Sul: a cidade da gente* não apenas resgata aspectos históricos e culturais da cidade, mas também aprofunda a compreensão da língua como uma ferramenta dinâmica e viva, que transcende a simples comunicação para se tornar um instrumento de identidade coletiva.

Ao utilizar a linguagem regional como veículo narrativo, o livro permite que os leitores se conectem com suas raízes, entendam seu lugar no mundo e, ao mesmo tempo, valorizem as particularidades que compõem a cultura local. Como dizia Paulo Freire (2003, p. 13), "A leitura do mundo precede a leitura da palavra". Isso é especialmente importante em um contexto em que as comunidades periféricas muitas vezes sentem que suas identidades são subestimadas ou ignoradas em um cenário nacional que, em diversas ocasiões, prioriza padrões urbanos e distantes da realidade local.

Ademais, é fundamental perceber que a obra não simplifica a linguagem regional em um esforço de torná-la mais "compreensível" para o leitor, mas a exalta. O uso de vocabulário regional, expressões populares e elementos da oralidade local reforçam a autenticidade da narrativa. Isso também implica um respeito pelo valor da diversidade linguística, combatendo a visão de que a língua que se fala nas cidades pequenas e nas zonas rurais deve ser "corrigida" ou "uniformizada" de acordo com os padrões da norma culta. Os autores promovem, assim, uma visão inclusiva e integradora da língua.

Em sua obra *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*, Bagno (2002) discute a necessidade de combater o preconceito linguístico e de valorizar as variedades da língua, promovendo um ensino mais inclusivo, que vai ao encontro de uma educação mais democrática, em que as diversas formas de falar e escrever são valorizadas e respeitadas, proporcionando aos alunos um espaço seguro para explorarem sua própria voz e identidade linguística. Bagno (2002) nos lembra que:

> [...] é interessante estimular nas aulas de língua materna um conhecimento cada vez maior e melhor das variedades sociolingüísticas para que o espaço de sala de aula deixe de ser o local para estudo exclusivo das variedades de maior prestígio social e se transforme num laboratório vivo de pesquisa do idioma em sua multiplicidade de formas e usos (Bagno, 2002, p. 134).

A obra também se insere em um contexto mais amplo de resistência cultural, quando consideramos a histórica marginalização de muitas culturas e linguagens indígenas e regionais.

A preservação e valorização da fala de Cruzeiro do Sul e de suas comunidades está em consonância com os esforços para garantir que a cultura amazônica não seja diluída ou perdida no processo de modernização, bem como argumenta a BNCC e seu texto sobre o respeito aos diferentes modos de falar A construção de uma identidade coletiva que reconhece e integra as diferentes manifestações culturais de uma região, como é o caso de Cruzeiro do Sul, é essencial para que as novas gerações possam se ver refletidas e representadas na história de sua cidade e, por extensão, no país.

Outro ponto relevante da análise é o impacto da obra na educação formal e informal. O livro *Cruzeiro do Sul: a cidade da gente* não é apenas uma obra literária ou histórica, mas também uma ferramenta pedagógica rica. Professores e educadores podem utilizá-la como recurso didático em suas aulas, não apenas para ensinar a história local, mas para trabalhar com linguagem e variação linguística. A obra oferece uma oportunidade ímpar de trabalhar a linguagem em suas várias formas, mostrando que o uso da norma culta não deve ser visto como único ou superior, mas como uma das muitas possibilidades de expressão.

Ademais, o fato de o livro estar imerso em uma linguagem de fácil compreensão e acessível, sobretudo por suas características orais, também faz com que ele seja um recurso importante nas escolas públicas da região. Muitas dessas escolas, especialmente aquelas situadas em áreas mais remotas, enfrentam desafios em termos de acesso a recursos pedagógicos de qualidade. A obra, com sua linguagem envolvente e simples, torna-se uma poderosa ferramenta para engajar os estudantes, aproximando-os de sua própria história e cultura. Ela oferece uma experiência de aprendizagem interativa, que pode ser utilizada para promover discussões sobre patrimônio, identidade e a importância de se conhecer a própria história para construir o futuro.

Em conclusão, *Cruzeiro do Sul: a cidade da gente* é uma obra literária que se destaca não apenas pelo resgate da história e cultura local, mas também pela maneira como ela aborda a linguagem regional. Ao valorizar as formas linguísticas típicas da região, a obra contribui para a preservação da identidade cultural de Cruzeiro do Sul, ao mesmo tempo em que propõe uma reflexão crítica sobre a importância de respeitar e valorizar a diversidade linguística no contexto educacional. A obra não só proporciona uma rica visão sobre o patrimônio histórico e cultural da cidade, mas também oferece uma ferramenta pedagógica de grande relevância, que pode ser utilizada para enriquecer o ensino da língua portuguesa nas escolas, promovendo uma educação mais inclusiva e representativa. Dessa forma, ela se torna um poderoso instrumento para fortalecer a identidade coletiva, reforçando a conexão dos estudantes com sua história, cultura

e língua, ao mesmo tempo em que contribui para a construção de uma sociedade mais plural e respeitosa.

O ensino de língua portuguesa no Brasil enfrenta desafios que estão relacionados à coexistência entre as várias formas de variação linguística, em um contexto marcado por ampla diversidade cultural e regional. Nesse sentido, é relevante fazer uma retomada de forma sucinta através dos documentos normativos e práticas pedagógicas que tratam da valorização da variação linguística e sua relação com o ensino formal da língua. Ao retomar a ideia das análises sobre os documentos normativos, Plano de Curso, BNCC e a produção do livro *Cruzeiro do Sul: a cidade da gente*, percebemos a abordagem da variação linguística tanto para o desenvolvimento acadêmico dos alunos como através de uma prática pedagógica concreta que aborda uma linguagem simples, com traços regionais que enfatizam a cultura local.

No primeiro capítulo, há uma análise dos documentos orientadores da escola, com atenção especial à abordagem da variação linguística. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os PC da escola são avaliados quanto à promoção de uma visão que é legítima através de diferentes formas de expressão linguística como componentes importantes da formação dos estudantes. De acordo com Brasil (2018, p. 70), é fundamental que o ambiente escolar reconheça e valorize a diversidade linguística, tanto nacional quanto internacional, além de refletir sobre as diferentes atitudes e contextos relacionados ao uso da língua, incluindo o preconceito linguístico. O texto sugere que a valorização da diversidade linguística, quando incorporada aos documentos normativos, pode contribuir para um ensino mais inclusivo, ao considerar a pluralidade de contextos culturais e sociais dos alunos.

O segundo texto apresenta um exemplo concreto de produção escolar: a produção de um livro desenvolvido pelos alunos e funcionários da Escola Antônio Ferreira Gomes. Nesse caso, a ênfase é cultural, com foco em uma linguagem acessível e descomplicada. Essa prática valoriza as manifestações dirigidas dos estudantes, possibilitando que suas vozes sejam ouvidas de maneira autêntica, evidenciando uma abordagem que prioriza a criatividade e o protagonismo dos alunos em relação ao uso da língua.

Ao comparar os dois textos, observa-se uma conexão entre as propostas apresentadas, ainda que elas abordem a valorização linguística de modos diferentes. O primeiro texto enfatiza o papel dos documentos normativos na orientação do ensino, destacando a necessidade de contemplar a diversidade linguística. Já o segundo texto exemplifica como essa valorização pode ser aplicada na prática, promovendo um espaço de expressão cultural produzida com auxílio dos alunos. Apesar de não mencionar diretamente a influência da BNCC ou o PC, o

segundo texto reflete, na prática, uma concepção pedagógica alinhada com a valorização da diversidade.

Ambos os textos podem estar em colaboração. Enquanto a BNCC e o PC fornecem um marco teórico que legitima a diversidade linguística, práticas como a produção do livro permitem que essa diversidade se manifeste de forma concreta no cotidiano escolar. Esse diálogo entre teoria e prática pode fortalecer o ensino da língua portuguesa ao promover tanto a inclusão quanto a valorização das diferentes formas de expressão no ambiente escolar. Bagno (2002) destaca que:

> O objetivo da escola, no que diz respeito à língua, é formar cidadãos capazes de se exprimir de modo adequado e competente, oralmente e por escrito, para que possam se inserir de pleno direito na sociedade e ajudar na construção e na transformação dessa sociedade – é oferecer a eles uma verdadeira educação linguística. (Bagno, 2002, p. 80)

Além disso, a produção do livro pelos alunos e pela comunidade aponta para a importância de considerar as vivências e os contextos dos estudantes como ponto de partida para o ensino da língua. Bortoni-Ricardo e Oliveira (2013) ressaltam a importância de expor os alunos a diferentes textos, considerando a variação linguística como um recurso dos falantes, e não como uma deficiência. Essa abordagem permite que os alunos reconheçam o valor de suas formas de expressão, ao mesmo tempo que se envolvem em processos criativos significativos e de valorização cultural. No entanto, essa prática poderia ser ainda mais enriquecida se articulada com os objetivos propostos nos documentos normativos, ampliando as oportunidades de aprendizado em diferentes registros linguísticos.

Neste caso, os dois textos revelam abordagens complementares para a valorização linguística no ensino da língua portuguesa. Enquanto os documentos normativos buscam orientar as práticas escolares em direção à inclusão e ao reconhecimento da diversidade, iniciativas como a produção de um livro destacam a relevância de práticas pedagógicas que dão voz aos alunos e à comunidade local. Essa integração entre teoria e prática pode contribuir para um ensino que respeite as particularidades dos estudantes, promovendo uma formação mais inclusiva e reflexiva.

A obra *Cruzeiro do Sul: a cidade da gente* funciona como um documento vivo da identidade local. A presença da oralidade é percebida não apenas no vocabulário, mas na transposição de marcas fonéticas para a escrita. Nota-se o uso de recursos como a pontuação expressiva (exclamações e reticências) pra marcar a entoação característica do relato oral, além de fenômenos como sincope (supressão de fonemas no interior da palavra) ou apócope (quebra

do fonema final, comum em verbos no infinitivo), que aproximam o texto do leitor regional e validam o seu modo de falar como patrimônio cultural a ser estudado em sala de aula.

Dessa forma, a análise dos documentos e das práticas pedagógicas da Escola Municipal Antônio Ferreira Gomes evidencia que a valorização da variação linguística pode ser efetivamente incorporada ao ensino da Língua Portuguesa quando teoria e prática se articulam de maneira coerente e contextualizada. A partir dessas reflexões, o capítulo seguinte apresenta as considerações finais deste estudo, nas quais são retomados os principais resultados alcançados e discutidas as contribuições da pesquisa para o fortalecimento de uma educação linguística inclusiva, que reconhece a pluralidade cultural e linguística como elementos constitutivos do processo educativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação, desenvolvida no âmbito do Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Federal do Acre – *Campus* Floresta, teve como objetivo geral realizar um estudo sobre o ensino da língua portuguesa na Escola Antônio Ferreira Gomes, com ênfase na variação linguística, considerando o contexto educacional local, a partir da revisão de documentos normativos e análise da obra *Cruzeiro do Sul: a cidade da gente*.

E, como objetivos específicos: a) examinar os documentos orientadores da escola, a fim de compreender como a variação linguística é abordada, considerando as orientações nacionais para o ensino da disciplina de língua portuguesa referente ao conteúdo; b) descrever o processo de produção da obra *Cruzeiro do Sul: cidade da gente*, considerando a proposta do projeto, autores e processos para publicação e resultados para o ensino da língua portuguesa na escola; e c) analisar as contribuições da obra *Cruzeiro do Sul: cidade da gente* para a compreensão da diversidade linguística no ambiente escolar, em articulação com as práticas de ensino de Língua Portuguesa.

O estudo partiu da compreensão de que a língua é uma manifestação social e cultural em constante transformação, e que a escola, como espaço de construção de saberes, deve reconhecer e valorizar a diversidade de falares que compõem o português falado no Brasil. Nesse sentido, a pesquisa buscou compreender de que forma os documentos institucionais e as práticas pedagógicas da escola analisada dialogam com as orientações teóricas e normativas que preveem o respeito às diferentes variedades linguísticas, especialmente no contexto da educação rural.

A investigação, de natureza qualitativa e documental, teve como *corpus* o Projeto Político-Pedagógico (PPP), os Planos de Curso (PC) do 6º e 9º anos e a obra *Cruzeiro do Sul: a cidade da gente*, produzida no âmbito da própria escola. A análise desses materiais permitiu compreender como a instituição estrutura suas práticas pedagógicas e quais concepções de língua e ensino permeiam o trabalho docente. O PPP mostrou-se um documento fundamental, por expressar a identidade da escola e por refletir as intenções educativas voltadas para a valorização da cultura e da linguagem da comunidade.

Nele, observa-se uma proposta pedagógica que integra os princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com as características e necessidades do contexto local, destacando a importância do ensino da norma padrão sem desconsiderar as variedades regionais e populares utilizadas pelos alunos. Essa perspectiva dialoga com os estudos da sociolinguística

educacional, especialmente os de Bagno (2002, 2007) e Bortoni-Ricardo (2004), que defendem a compreensão da língua como fenômeno social, múltiplo e diverso, e a importância de combater o preconceito linguístico no ambiente escolar.

A análise dos Planos de Curso da disciplina de Língua Portuguesa evidenciou que o ensino da variação linguística está previsto de forma explícita nas competências e habilidades apresentadas, principalmente na competência C1, que trata do uso adequado da linguagem oral em diferentes situações comunicativas. As propostas metodológicas contidas nesses documentos demonstram o esforço da escola em alinhar-se às orientações da BNCC, que preconiza o respeito aos diferentes modos de falar e o reconhecimento das variedades linguísticas como parte da formação cidadã dos estudantes.

Os planos analisados apresentam atividades voltadas à leitura, à escrita e à oralidade, nas quais os alunos são estimulados a compreender o valor social da língua e suas diferentes formas de manifestação. Observa-se que o ensino é conduzido de maneira contextualizada, de modo a relacionar o conteúdo linguístico à vivência cotidiana dos estudantes, fortalecendo a identidade local e promovendo o sentimento de pertencimento à comunidade. Assim, o plano de curso não se limita a um instrumento burocrático, mas funciona como um guia de ação docente que reflete o compromisso da escola com um ensino humanizado e inclusivo.

O livro *Cruzeiro do Sul: a cidade da gente* foi analisado como um exemplo concreto de aplicação dos princípios defendidos nos documentos institucionais. Produzido coletivamente por professores, alunos e moradores da Vila Santa Rosa, o livro representa uma prática pedagógica que alia leitura, escrita, cultura e cidadania, e traduz o que a teoria propõe: um ensino de língua vinculado à realidade social dos estudantes. A linguagem empregada na obra, marcada por expressões regionais, vocabulário local e traços de oralidade, revela a identidade linguística da população cruzeirense e demonstra a relevância de incorporar a fala cotidiana dos alunos ao processo de aprendizagem.

A produção desse material literário reforça o papel da escola como mediadora entre o conhecimento científico e os saberes populares, ao mesmo tempo em que valoriza a diversidade linguística como um elemento de construção coletiva e de preservação da memória cultural. Essa prática dialoga diretamente com o que a BNCC define como um dos princípios do ensino de Língua Portuguesa: compreender a linguagem como prática social, inserida em contextos de interação, e reconhecer as diferentes formas de expressão como parte da riqueza cultural da nação.

A integração entre os três eixos analisados – o PPP, os Planos de Curso e o livro comunitário – evidencia a coerência entre as orientações teóricas e a prática pedagógica

desenvolvida na instituição. O PPP fornece a base filosófica e pedagógica que sustenta as ações da escola; os Planos de Curso operacionalizam essas diretrizes no cotidiano da sala de aula; e o livro produzido pela comunidade demonstra a concretização dessas propostas em práticas significativas e contextualizadas. Essa articulação reforça a ideia de que o ensino de Língua Portuguesa deve ser entendido como um processo dinâmico e contínuo, que vai além do domínio da norma culta e se volta para a formação de sujeitos críticos, conscientes de sua própria linguagem e de sua inserção social. Ao reconhecer as variedades linguísticas presentes na fala dos alunos, a escola contribui para o fortalecimento da autoestima e para o combate às formas de exclusão linguística, promovendo uma educação mais equitativa e representativa.

A análise revelou, ainda, que o ensino da língua portuguesa no contexto da escola rural enfrenta desafios que exigem reflexão e ação contínua. Entre eles, destaca-se a necessidade de intensificar a formação docente voltada à abordagem sociolinguística e à valorização da diversidade cultural. Muitos professores, apesar de reconhecerem a importância da variação linguística, ainda reproduzem práticas centradas na norma padrão, o que evidencia a influência de uma tradição escolar historicamente excludente. A superação desse modelo requer o desenvolvimento de políticas de formação continuada e a ampliação de materiais pedagógicos contextualizados que dialoguem com a realidade das comunidades rurais e permitam o desenvolvimento de práticas mais democráticas. O exemplo da Escola Antônio Ferreira Gomes demonstra que a construção de uma educação linguística inclusiva é possível, desde que exista comprometimento institucional, apoio da gestão escolar e envolvimento da comunidade no processo educativo.

Quanto à estrutura, esta dissertação foi desenvolvida de forma articulada, buscando assegurar coerência entre os objetivos propostos e as etapas da pesquisa. A introdução apresentou o percurso inicial do estudo, destacando o tema, as motivações e os objetivos que orientaram a investigação sobre o ensino da Língua Portuguesa e a variação linguística no contexto da Escola Antônio Ferreira Gomes. Nessa seção, delinearam-se também as bases teóricas e metodológicas que sustentaram a análise, bem como a relevância social e educacional da pesquisa.

O primeiro capítulo consolidou o embasamento teórico, ao discutir os principais conceitos relacionados à língua, linguagem e variação linguística, em diálogo com autores de referência na área da sociolinguística e do ensino de língua portuguesa. Esse capítulo possibilitou compreender os fundamentos que orientaram as reflexões desenvolvidas ao longo da dissertação e contextualizou o papel do Projeto Político-Pedagógico (PPP) na valorização da diversidade linguística e cultural da escola.

O segundo capítulo descreveu o caminho metodológico percorrido, explicitando o caráter qualitativo e documental da pesquisa, bem como os procedimentos adotados para a coleta e análise dos materiais. Foram detalhados os documentos examinados – o PPP, os Planos de Curso e a obra *Cruzeiro do Sul: a cidade da gente* –, além das etapas de investigação que garantiram a consistência do estudo.

O terceiro capítulo apresentou os resultados e análises obtidas a partir dos documentos investigados, evidenciando como a escola tem articulado teoria e prática no ensino da Língua Portuguesa. Nessa seção, discutiram-se as concepções de língua presentes nos Planos de Curso e as contribuições do livro *Cruzeiro do Sul: a cidade da gente* para a valorização das variedades linguísticas e das identidades locais.

Os resultados obtidos com esta pesquisa reafirmam que a variação linguística não deve ser compreendida como um desvio da norma, mas como uma expressão legítima da identidade social e cultural dos falantes. Quando a escola valoriza as múltiplas formas de falar, ela amplia as oportunidades de aprendizagem e possibilita que os estudantes reconheçam sua própria voz como parte constitutiva da língua. Essa postura pedagógica contribui para o desenvolvimento da consciência linguística e para o fortalecimento do vínculo entre os sujeitos e sua comunidade. Além disso, promove a compreensão de que o domínio da norma culta não precisa estar em oposição às variedades regionais, mas pode coexistir com elas de forma complementar, garantindo o acesso ao conhecimento formal sem desqualificar os saberes locais. Assim, o ensino da língua torna-se um instrumento de inclusão e de emancipação, que contribui para a formação de cidadãos críticos, capazes de compreender e intervir em sua realidade social.

Em síntese, a pesquisa realizada na Escola Municipal Antônio Ferreira Gomes permitiu constatar que é possível articular teoria e prática no ensino da Língua Portuguesa, de forma a conciliar as exigências da BNCC com a valorização das identidades locais. O PPP, os Planos de Curso e o livro *Cruzeiro do Sul: a cidade da gente* demonstram que a escola tem procurado desenvolver um trabalho pedagógico sensível à diversidade e comprometido com a construção de uma educação mais justa e plural. A valorização da variação linguística, quando efetivada nas práticas escolares, contribui não apenas para o aprimoramento das habilidades comunicativas, mas também para a formação de sujeitos conscientes de sua língua, de sua história e de sua cultura.

Dessa forma, conclui-se que o ensino de Língua Portuguesa deve assumir, de modo definitivo, a perspectiva sociolinguística, reconhecendo que a pluralidade da língua é reflexo da pluralidade do povo brasileiro. A educação linguística, quando pautada no respeito à diversidade e na integração entre escola e comunidade, torna-se um instrumento de

transformação social e cultural, reafirmando o papel da escola pública como espaço de diálogo, inclusão e valorização das diferentes formas de expressão que compõem o português do Brasil.

A trajetória desta pesquisa reflete não apenas um percurso acadêmico, mas também um percurso pessoal de descobertas e ressignificações. As inquietações que motivaram o início deste estudo – compreender como o ensino da Língua Portuguesa pode acolher a diversidade linguística e valorizar as vozes da comunidade – transformaram-se, ao longo do processo, em um aprendizado profundo sobre o papel da escola, do professor e da própria língua na construção da identidade social.

Ao revisitar minhas próprias experiências como aluna, professora e pesquisadora, percebo que as dúvidas e inseguranças iniciais deram lugar à convicção de que a pluralidade linguística é uma das maiores riquezas culturais do Brasil. Reconhecer essa diversidade é também reconhecer os sujeitos que fazem parte dela – alunos, professores, famílias e toda a comunidade escolar –, reafirmando que cada fala carrega histórias, pertencimentos e modos únicos de ver o mundo.

Compreender a variação linguística como elemento constitutivo da língua e integrá-la ao ensino de forma consciente e respeitosa é um desafio, mas também uma possibilidade concreta de transformação. O exemplo da Escola Antônio Ferreira Gomes demonstra que é possível desenvolver práticas pedagógicas que conciliem a norma padrão com os falares locais, sem hierarquizá-los, mas valorizando a convivência entre os diferentes modos de expressão. Essa postura pedagógica fortalece o vínculo entre escola e comunidade, tornando o ensino da Língua Portuguesa um espaço de inclusão, diálogo e respeito.

Ao concluir este trabalho, reafirmo a crença de que a educação linguística precisa ser construída sobre bases humanas, sociais e culturais. Ensinar a língua é, antes de tudo, ensinar a reconhecer o outro e a si mesmo nas múltiplas vozes que compõem o português falado no Brasil. Assim, o estudo realizado na Escola Antônio Ferreira Gomes representa não apenas uma contribuição acadêmica, mas também um convite à reflexão sobre o papel transformador da linguagem e sobre a responsabilidade da escola em promover uma educação que celebre a diversidade e o pertencimento. Dessa forma, encerro esta dissertação com a certeza de que toda pesquisa é também um ato de reencontro – com a própria história, com as origens e com o compromisso ético e social de ensinar a língua como expressão viva do povo e da cultura brasileira.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Língua, Texto e Ensino: Outra escola possível.** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

BAGNO, Marcos. **Língua, linguagem, linguística: Pondo os pingos nos ii.** São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso: Por uma pedagogia da variação linguística.** São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: O que é, como se faz.** 47. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: O que é, como se faz.** 56. ed. rev. e ampl. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BAGNO, Marcos; STUBBS, Michael; GAGNÉ, Gilles. **Língua materna: Letramento, Variação e Ensino.** São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística geral I.** Campinas: Pontes, 2005.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula.** São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós cheguemu na escola, e agora? Sociolinguística e educação.** São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 28 dez. 2024.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União: Seção 1*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 2008.

CORACINI, Maria José R. F. Língua estrangeira e língua materna: uma questão de sujeito e identidade. In: CORACINI, Maria José (Org.). **Identidade e discurso.** Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 139–160.

CRUZEIRO DO SUL (AC). Prefeitura Municipal. **A Escola Municipal da Vila Santa Rosa produz livro sobre história e cultura de Cruzeiro do Sul.** Cruzeiro do Sul, 2021. Disponível em: https://www.cruzeirodosul.ac.gov.br/post/escola-municipal-da-vila-santa-rosa-produz-livro-sobre-hist%C3%B3ria-e-cultura-de-cruzeiro-do-sul. Acesso em: 14 ago. 2023.

CUNHA, Celso. **Língua portuguesa: a realidade brasileira.** 11. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2009.

CYRANKA, Luciane F. M.; SCAFUTTO, Maria L. **Educação linguística: para além da "língua padrão".** *Educação em Foco*, Juiz de Fora, v. 16, n. 1, p. 41–64, 2011.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FARACO, Carlos Alberto. Linguística Histórica: **Uma introdução ao estudo da mudança linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler.** São Paulo: Moderna, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renata de Almeida Vieira. **Gramática do português culto falado no Brasil: sintaxe.** São Paulo: Contexto, 2008.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renata de Almeida Vieira. **O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos.** São Paulo: Contexto, 2008.

KLEIMAN, Ângela B. **Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola.** Campinas: Mercado de Letras, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização.** São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, Elvira Souza. **Indagações sobre o currículo: currículo e desenvolvimento humano.** Brasília: MEC, 2007. (Cadernos do Currículo, v. 1).

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização.** São Paulo: Cortez, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Gêneros textuais: definição e funcionalidade.** São Paulo: Cortez, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processo.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria na prática.** São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

POSSENTI, Sírio. **Os humores da língua.** Campinas: Mercado de Letras, 1996.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola.** Campinas: Mercado de Letras, 1996.

ROJO, Roxane. Escola e letramento: letrando nas diversas disciplinas. In: ROJO, Roxane (Org.). **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social.** Campinas: Mercado de Letras, 2009. p. 99–120.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral.** Edição crítica preparada por Tullio de Mauro. Paris: Payot & Rivages, 2005.

SIGNORINI, Inês. **Língua, discurso e identidade.** Campinas: Mercado de Letras, 2002.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento.** 7. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma perspectiva social.** São Paulo: Ática, 1980.

SPUDEIT, Daniela. **Elaboração do plano de ensino e do plano de aula.** Rio de Janeiro: UNIRIO, 2014. Disponível em: http://www.biblioteca.unirio.br/cchs/eb/ELABORAODOPLANODEENSINOEDOPLANODEAULA.pdf. Acesso em: 20 set. 2024.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus.** São Paulo: Cortez, 2002.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Planejamento: projeto de ensino–aprendizagem e projeto político-pedagógico.** São Paulo: Liberdade, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico: uma construção possível.** Campinas: Papirus, 1995.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico.** Campinas: Papirus, 1998.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** 14. ed. Campinas: Papirus,